



CIFRÃO

Fundação de Previdência
da Casa da Moeda do Brasil

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Ativo	2022	2021	Passivo	2022	2021
Disponível	18	15	Exigível Operacional	5.650	5.162
			Gestão Previdencial	5.273	4.846
Realizável	452.548	423.954	Gestão Administrativa	259	253
Gestão Previdencial	155	251	Investimentos	118	63
Gestão Administrativa	132	394			
Investimentos	452.261	423.309	Exigível Contingencial	1.761	1.676
Títulos Públicos	215.806	209.300	Gestão Previdencial	1.761	1.676
Fundos de Investimento	204.858	194.632			
Investimentos Imobiliários	8.632	8.091	Patrimônio Social	445.197	417.187
Operações com Participantes	11.022	11.242	Patrimônio de Cobertura do Plano	415.492	395.725
Recursos a Receber - Precatórios	11.845	-	Provisões Matemáticas	421.635	434.023
Outros Realizáveis	98	44	Benefícios Concedidos	440.755	434.793
			Benefícios a Conceder	138.410	122.680
Imobilizado e Intangível	42	56	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(157.530)	(123.450)
Imobilizado	42	37			
Intangível	-	19	Equilíbrio Técnico	(6.143)	(38.298)
			Resultados Realizados	(6.143)	(38.298)
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(6.143)	(38.298)
			Fundos	29.705	21.462
			Fundos Previdenciais	21.754	14.712
			Fundos Administrativos	6.429	5.433
			Fundos Para Gar. Das Oper. Com Part.	1.522	1.317
TOTAL DO ATIVO	452.608	424.025	TOTAL DO PASSIVO	452.608	424.025

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis

JOÃO CARLOS PEREZ DE ALMEIDA

Diretor Superintendente

CPF 076.128.047-27

WAGNER BARRETO DOS SANTOS

Diretor de Seguridade

CPF 080.578.957-05

HAROLDO AZEVEDO DE MAGALHAES CASTRO

CRC-RJ-028328/O

CPF 011.834.887-69

MARCOS AURELIO LITZ

Diretor Financeiro

CPF 686.416.729-15

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL (DMPS) CONSOLIDADA

	2022	2021	Variação(%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	417.187	440.508	-5,29%
1. Adições	79.805	34.940	128,41%
(+) Contribuições Previdenciais	28.226	27.463	2,78%
(+) Migração entre Planos	778	-	0,00%
(+) Outras Adições Previdenciais	-	2	-100,00%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	44.733	2.774	1512,58%
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	-	0,00%
(+) Receitas Administrativas	5.084	4.483	13,41%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	779	205	280,00%
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	-	-	0,00%
(+) Constituição de Fundos para Garantia das Operações com Participantes	205	13	1476,92%
2. Deduções	(51.795)	(58.261)	-11,10%
(-) Benefícios	(43.865)	(53.448)	-17,93%
(-) Resgates	(2.054)	(304)	575,66%
(-) Portabilidades	(55)	-	0,00%
(-) Migrações entre planos	(778)	-	0,00%
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(176)	(11)	1500,00%
(-) Despesas Administrativas	(4.867)	(4.498)	8,20%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	28.010	(23.321)	-220,11%
(+/-) Provisões Matemáticas	(12.388)	5.021	-346,72%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	32.155	(29.649)	-208,45%
(+/-) Fundos Previdenciais	7.042	1.104	537,86%
(+/-) Fundos Administrativos	996	190	424,21%
(+/-) Fundos para Garantia das Operações com Participantes	205	13	1476,92%
B) Patrimônio Social no final do exercício (A+3+4+5)	445.197	417.187	6,71%

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis

JOÃO CARLOS PEREZ DE ALMEIDA

Diretor Superintendente

CPF 076.128.047-27

WAGNER BARRETO DOS SANTOS

Diretor de Seguridade

CPF 080.578.957-05

HAROLDO AZEVEDO DE MAGALHAES CASTRO

CRC-RJ-028328/O

CPF 011.834.887-69

MARCOS AURELIO LITZ

Diretor Financeiro

CPF 686.416.729-15

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL)
PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO CIFRÃO – PBDC

	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>Variação (%)</u>
A) Ativo Líquido - início do exercício	175.666	189.317	-7,21%
1. Adições	38.106	15.364	148,02%
(+) Contribuições	15.683	12.524	25,22%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	22.423	2.838	690,10%
(+) Outras Adições	-	2	-100,00%
2. Deduções	(32.717)	(29.015)	12,76%
(-) Benefícios	(29.597)	(27.500)	7,63%
(-) Resgates	(737)	(253)	191,30%
(-) Migrações Entre Planos	(778)	-	0,00%
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(47)	(11)	327,27%
(-) Custeio Administrativo	(1.558)	(1.251)	24,54%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	5.389	(13.651)	-139,48%
(+/-) Provisões Matemáticas	(29.735)	9.734	-405,48%
(+/-) Fundos Previdenciais	-	-	0,00%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	35.124	(23.386)	-250,19%
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	<u>181.055</u>	<u>175.666</u>	3,07%
C) Fundos não Previdenciais	1.056	482	119,09%
(+/-) Fundos Administrativos	969	495	95,76%
(+/-) Fundos para Garantia das Operações com Participantes	87	(13)	-769,23%

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

JOÃO CARLOS PEREZ DE ALMEIDA

Diretor Superintendente
CPF 076.128.047-27

WAGNER BARRETO DOS SANTOS

Diretor de Seguridade
CPF 080.578.957-05

HAROLDO AZEVEDO DE MAGALHAES CASTRO

CRC-RJ-028328/O
CPF 011.834.887-69

MARCOS AURELIO LITZ

Diretor Financeiro
CPF 686.416.729-15

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL)
PLANO DE BENEFÍCIO MOEDAPREV

	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>Variação (%)</u>
A) Ativo Líquido - início do exercício	234.773	244.643	-4,03%
1. Adições	43.599	17.184	153,72%
(+) Contribuições	15.319	17.184	-10,85%
(+) Migração entre Planos	778	-	0,00%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	27.502	-	0,00%
2. Deduções	(22.180)	(27.054)	-18,02%
(-) Benefícios	(14.268)	(25.947)	-45,01%
(-) Resgates	(1.317)	(51)	2482,35%
(-) Portabilidade	(55)	-	0,00%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	(5.192)	(63)	8141,27%
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(130)		0,00%
(-) Custeio Administrativo	(1.218)	(993)	22,66%
(-) Resultado a Realizar			
(-) Outras Deduções			
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	21.419	(9.870)	-317,01%
(+/-) Provisões Matemáticas	17.347	(4.713)	-468,07%
(+/-) Fundos Previdenciais	7.042	1.104	537,86%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(2.970)	(6.262)	-52,57%
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	<u>256.192</u>	<u>234.773</u>	9,12%
C) Fundos não Previdenciais	144	(279)	-151,61%
(+/-) Fundos Administrativos	27	(305)	-108,85%
(+/-) Fundos para Garantia das Operações com Participantes	117	26	350,00%

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

JOÃO CARLOS PEREZ DE ALMEIDA

Diretor Superintendente

CPF 076.128.047-27

WAGNER BARRETO DOS SANTOS

Diretor de Seguridade

CPF 080.578.957-05

HAROLDO AZEVEDO DE MAGALHAES CASTRO

CRC-RJ-028328/O

CPF 011.834.887-69

MARCOS AURELIO LITZ

Diretor Financeiro

CPF 686.416.729-15

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL)
PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO CIFRÃO – PBDC

Descrição	2022	2021	Variação (%)
1. Ativos	192.873	186.003	3,69%
Disponível	6	9	-33,33%
Recebível	4.176	3.284	27,16%
Investimentos	188.691	182.710	3,27%
Títulos Públicos	116.120	118.196	-1,76%
Fundos de Investimentos	58.017	56.470	2,74%
Derivativos	-	-	0,00%
Investimentos Imobiliários	5.105	4.785	6,68%
Operações com Participantes	2.443	3.256	-24,97%
Recursos a Receber - Precatória	7.006		
Outros Realizáveis	-	2	-100,00%
2. Obrigações	6.866	6.441	6,60%
Operacional	5.205	4.765	9,23%
Contingencial	1.661	1.676	-0,89%
3. Fundos não Previdenciais	4.953	3.896	27,13%
Fundos Administrativos	4.139	3.169	30,61%
Fundos Para Garantia das Oper. com Part.	814	727	11,97%
4. Resultados a Realizar	-	-	0,00%
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	181.054	175.666	3,07%
Provisões Matemáticas	177.929	207.664	-14,32%
Superávit/Déficit Técnico	3.125	(31.999)	-109,77%
	-		
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	3.125	(31.999)	-109,77%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	2628	3.576	0,00%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado	5753	(28.423)	-123,58%

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

JOÃO CARLOS PEREZ DE ALMEIDA

Diretor Superintendente
CPF 076.128.047-27

WAGNER BARRETO DOS SANTOS

Diretor de Seguridade
CPF 080.578.957-05

HAROLDO AZEVEDO DE MAGALHAES CASTRO

CRC-RJ-028328/O
CPF 011.834.887-69

MARCOS AURELIO LITZ

Diretor Financeiro
CPF 686.416.729-15

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL)**PLANO DE BENEFÍCIO MOEDAPREV**

Descrição	2022	2021	Variação (%)
1. Ativos	259.475	237.771	9,13%
Disponível	11	6	83,33%
Recebível	2.408	2.400	0,33%
Investimentos	257.056	235.365	9,22%
Títulos Públicos	99.687	91.104	9,42%
Fundos de Investimentos	140.327	132.928	5,57%
Derivativos	-	-	0,00%
Investimento Imobiliários	3.526	3.306	6,65%
Operações com Participantes	8.579	7.986	7,43%
Recursos a Receber - Precatória	4.839		
Outros Realizáveis	98	41	139,02%
2. Obrigações	286	145	97,24%
Operacional	186	145	28,28%
Contingencial	100		
3. Fundos não Previdenciais	2.997	2.853	5,05%
Fundos Administrativos	2.290	2.263	1,19%
Fundos Para Garantia das Oper. com Part.	707	590	19,83%
4. Resultados a Realizar	-	-	0,00%
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)	256.192	234.773	9,12%
Provisões Matemáticas	243.706	226.359	7,66%
Superávit/Déficit Técnico	(9.268)	(6.299)	47,13%
Fundos Previdenciais	21.754	14.712	47,87%
	-	(1)	
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(9.268)	(6.299)	47,13%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	1292	1.732	0,00%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado	(7976)	(4.567)	65,01%

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

JOÃO CARLOS PEREZ DE ALMEIDA

Diretor Superintendente
CPF 076.128.047-27

WAGNER BARRETO DOS SANTOS

Diretor de Seguridade
CPF 080.578.957-05

HAROLDO AZEVEDO DE MAGALHAES CASTRO

CRC-RJ-028328/O
CPF 011.834.887-69

MARCOS AURELIO LITZ

Diretor Financeiro
CPF 686.416.729-15

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA

	2022	2021	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	5.433	5.243	3,62%
1. Custeio da Gestão Administrativa	5.863	4.688	25,06%
1.1. Receitas	5.863	4.688	25,06%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.776	2.244	23,71%
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.163	2.109	2,56%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	145	130	11,54%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	779	205	280,00%
2. Despesas Administrativas	4.867	4.498	8,20%
2.1. Administração dos Planos de Previdência	4.580	4.498	1,82%
Pessoal e Encargos	2.812	2.740	2,63%
Treinamentos/Congressos e Seminários	52	34	52,94%
Viagens e Estádias	-	-	0,00%
Serviços de Terceiros	1.234	1.075	14,79%
Despesas Gerais	148	167	-11,38%
Depreciações e Amortizações	27	70	-61,43%
Tributos	307	412	-25,49%
Outras Receitas	-	-	0,00%
2.2. Provisão para perdas estimadas	287	-	0,00%
2.3. Administração da Gestão Assistencial -	-	-	0,00%
2.4 Remuneração - Antecipação de Contribuições dos Patrocinadores	-	-	0,00%
2.5. Fomentos	-	-	0,00%
2.6. Outras Despesas	-	-	0,00%
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	-	0,00%
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	0,00%
6. Sobra / Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	996	190	424,21%
7. Constituição / (Reversão) do Fundo Administrativo (6)	996	190	424,21%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	6.429	5.433	18,33%

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

JOÃO CARLOS PEREZ DE ALMEIDA

Diretor Superintendente
CPF 076.128.047-27

WAGNER BARRETO DOS SANTOS

Diretor de Seguridade
CPF 080.578.957-05

HAROLDO AZEVEDO DE MAGALHAES CASTRO

CRC-RJ-028328/O
CPF 011.834.887-69

MARCOS AURELIO LITZ

Diretor Financeiro
CPF 686.416.729-15

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (DPT)
PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO CIFRÃO – PBDC

	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>Variação</u>
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	188.847	182.833	3,29%
1. Provisões Matemáticas	177.929	207.664	-14,32%
1.1. Benefícios Concedidos	322.239	317.067	1,63%
Contribuição Definida	481	449	7,13%
Benefício Definido	321.758	316.618	1,62%
1.2. Benefícios a Conceder	13.219	14.047	-5,89%
Contribuição Definida	25	23	8,70%
Saldo de Contas - parcela participantes	-	-	0,00%
Benefício Definido	13.194	14.024	-5,92%
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(157.529)	(123.450)	27,61%
(-) Equacionamento de Deficit s integralizar	(157.529)	(123.450)	27,61%
(-) Patrocinador(es)	(78.765)	(61.725)	27,61%
(+/-) Participantes	(3.131)	(2.640)	18,60%
(+/-) Assistidos	(75.633)	(59.085)	28,01%
2. Equilíbrio Técnico	3.125	(31.999)	-109,77%
2.1 - Resultados Realizados	3.125	(31.999)	-109,77%
Reserva de contingencia	3.125	-	0,00%
(-) Déficit Técnico Acumulado	-	(31.999)	-100,00%
2.2 - Resultados a Realizar	-	-	0,00%
3. Fundos	814	727	11,97%
3.1 - Fundos Previdenciais	-	-	0,00%
3.2 - Fundos para Garantia das Operações com participantes	814	727	11,97%
4. Exigível Operacional	5.318	4.765	11,61%
4.1 - Gestão Previdencial	5.205	4.709	10,53%
4.2 - Investimentos - Gestão Previdencial	113	56	101,79%
5. Exigível Contingencial	1.661	1.676	-0,89%
5.1 - Gestão Previdencial	1.661	1.676	-0,89%
5.2 - Investimentos - Gestão Previdencial	-	-	0,00%

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

JOÃO CARLOS PEREZ DE ALMEIDA

Diretor Superintendente

CPF 076.128.047-27

WAGNER BARRETO DOS SANTOS

Diretor de Seguridade

CPF 080.578.957-05

HAROLDO AZEVEDO DE MAGALHAES CASTRO

CRC-RJ-028328/O

CPF 011.834.887-69

MARCOS AURELIO LITZ

Diretor Financeiro

CPF 686.416.729-15

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (DPT)
PLANO DE BENEFÍCIO MOEDAPREV

	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>Variação (%)</u>
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	260.054	235.507	10,42%
1. Provisões Matemáticas	243.706	226.359	7,66%
1.1. Benefícios Concedidos	118.516	117.726	0,67%
Contribuição Definida	47.610	51.465	-7,49%
Benefício Definido	70.906	66.261	7,01%
1.2. Benefícios a Conceder	125.190	108.633	15,24%
Contribuição Definida	125.190	108.633	15,24%
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	40.478	32.310	25,28%
Saldo de Contas - parcela participantes	84.712	76.323	10,99%
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	-	-	0,00%
2. Equilíbrio Técnico	(6.299)	(6.299)	0,00%
2.1 - Resultados Realizados	(6.299)	(6.299)	17397,22%
(-) Déficit Técnico Acumulado	(9.269)	(6.299)	17397,22%
2.2 - Resultados a Realizar	-	-	0,00%
3. Fundos	22.461	15.302	46,78%
3.1 - Fundos Previdenciais	21.754	14.712	47,87%
3.2 - Fundos para Garantia das Operações com participantes	707	590	19,83%
4. Exigível Operacional	186	145	28,28%
4.1 - Gestão Previdencial	181	137	32,12%
4.2 - Investimentos - Gestão Previdencial	5	8	-37,50%
5. Exigível Contingencial	-	-	0,00%

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis

JOÃO CARLOS PEREZ DE ALMEIDA

Diretor Superintendente

CPF 076.128.047-27

WAGNER BARRETO DOS SANTOS

Diretor de Seguridade

CPF 080.578.957-05

HAROLDO AZEVEDO DE MAGALHAES CASTRO

CRC-RJ-028328/O

CPF 011.834.887-69

MARCOS AURELIO LITZ

Diretor Financeiro

CPF 686.416.729-15

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CIFRÃO - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DA CASA DA MOEDA DO BRASIL, foi autorizada a funcionar por meio da Portaria MPAS nº 1931, de 11/12/1979 (DOU de 11/12/1979), pessoa jurídica de direito privado sem finalidade de lucros, constituída sob a forma de Fundação, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), multiplano, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, registrada na Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) sob o nº 0024-1.

A Fundação tem a finalidade instituir e administrar planos de benefícios de caráter previdenciários, tendo por objetivo conceder benefícios aos seus Participantes, vinculados aos Patrocinadores e seus respectivos Beneficiários. Os recursos que a CIFRÃO dispõe, oriundos das contribuições mantidas pelos Participantes e Patrocinadoras (Casa da Moeda do Brasil e CIFRÃO), estabelecidas no Plano de Custeio Atuarial, acrescidas dos rendimentos dos investimentos desses recursos, observados os dispositivos da resolução do Conselho Monetário Nacional e respectivas atualizações, utilizados para gestão sob administração CIFRÃO.

A Fundação é regida pela Lei Complementar nº 108 e 109, de 29/05/2001 e pelas normas regulamentares emanadas do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e da Superintendência de Previdência Complementar – PREVIC.

2. PLANOS DE BENEFÍCIOS ADMINISTRADOS

A Fundação administra 02 (dois) Planos de Benefícios Previdenciais inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) mantido pela PREVIC, são eles:

2.1. Plano de Benefício Definido CIFRÃO (PBDC)

É um plano de modalidade Benefício Definido, inscrito no CNPB sob o nº 1979.0039-47. As regras de cálculo dos valores de benefícios a serem pagos a seus participantes e dependentes encontram-se estabelecidas no contexto de seu Regulamento.

As principais características do PBDC são:

- ✓ Nível de benefício garantido para o participante;
- ✓ O custo do plano é estimado;
- ✓ A patrocinadora e os participantes assumem o risco; e
- ✓ Trata-se de um plano solidário, onde todos contribuem para todos.

2.2. Plano de Benefício MoedaPrev

É um plano na modalidade de contribuição variável, inscrito no CNPB sob o nº 2010.0036-83. As regras de cálculo dos valores de benefícios a serem pagos a seus Participantes e dependentes encontram-se estabelecidas no contexto de seu Regulamento.

As principais características do MoedaPrev são:

- ✓ O valor do benefício é decorrente do montante acumulado pelo participante, em sua conta individual, até o momento de sua aposentadoria.
- ✓ Após cumprida todas as carências, o participante poderá solicitar o benefício de aposentadoria com base em seu saldo de contas e conforme regras estabelecidas no regulamento descritas a seguir:
 - **Adesão antes de 13/12/2019 e participantes migrados do Plano PBDC:** Renda Vitalícia ou Renda por Prazo Certo de 05, 10, 15, 20 ou 25 anos; ou
 - **Adesão a partir de 13/12/2019:** Renda por Prazo Certo de 05, 10, 15, 20 ou 25 anos.

No quadro a seguir constam as quantidades de participantes dos planos de benefícios administrados pela Entidade posicionados em 31/12/2022 e 31/12/2021:

	31/12/2022			31/12/2021		
	PBDC	MoedaPrev	Consolidado	PBDC	MoedaPrev	Consolidado
Ativos	19	615	634	23	619	642
Assistidos	567	461	1.028	575	460	1035
Total	586	1.076	1.662	598	1.079	1.677

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, e normas regulamentares, peculiares as Entidades de Previdência Social Complementar, com destaque para a Resolução CNPC nº43, de 06/08/2021, sob a orientação da Instrução PREVIC nº31, de 20/08/2020, em vigor desde janeiro de 2021, e a Resolução PREVIC nº18 de 22 de dezembro de 2022, que estabelece normas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, estrutura o plano contábil padrão, instrui a função e funcionamento das contas, a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis, atendendo, ainda, a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001 e normativos posteriores.

A escrituração contábil dos planos é inteiramente segregada, permitindo a apuração do resultado por Plano de Benefícios.

3.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas

No Balanço Patrimonial estão apresentados o somatório dos ativos, passivos e o patrimônio de cobertura dos Planos de Benefícios Previdenciais administrados pela CIFRÃO e do seu Plano de Gestão Administrativa (PGA), aplicadas as regras de consolidação em que são eliminados os saldos de valores “a receber” e “a pagar” entre os planos, inclusive PGA, além de outros ajustes previstos nas normas contábeis aplicáveis às EFPC.

A Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS) e do Plano de Gestão Administrativa (DPGA), apresentam as modificações no Patrimônio Social dos Planos, o resultado da atividade administrativa e as mutações do fundo administrativo.

3.2 Demonstrações Contábeis Individuais – por Planos de Benefícios

Demonstração do Ativo Líquido apresenta a composição do Ativo Líquido ao final do exercício.

Demonstração da Mutações do Ativo Líquido apresenta as mutações do Ativo Líquido ao final do exercício.

Demonstração das Provisões Técnicas apresenta a composição das Provisões Técnicas ao final do exercício.

As Demonstrações Contábeis são apresentadas em milhares de Real, considerada a moeda funcional que influencia preços de venda de ativos, custos, fluxo de caixa, investimentos e outras transações.

De acordo com o Anexo III da Instrução Previc Nº 31, de 20/08/2020, as demonstrações contábeis apresentadas são as seguintes:

I - Balanço Patrimonial Consolidado, comparativo com o exercício anterior;

II - Demonstração da Mutações do Patrimônio Social - DMPS, de forma consolidada, comparativa com exercício anterior;

III - Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA, de forma consolidada, comparativa com o exercício anterior;

IV - Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA, por plano, comparativo com o exercício anterior;

V - Demonstração do Ativo Líquido - DAL, por plano de benefícios previdencial, comparativa com o exercício anterior;

VI - Demonstração da Mutações do Ativo Líquido - DMAL, por plano de benefícios previdencial, comparativa com o exercício anterior;

VII - Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT, por plano de benefícios previdencial, comparativa com o exercício anterior;

VII - Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis consolidadas.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A sistemática estabelecida pelo órgão normativo apresenta como principal característica a segregação dos registros contábeis em: Gestão Previdencial (atividade de registro e controle das contribuições, dos benefícios e dos resultados dos planos de benefícios); Gestão Administrativa (atividade de registro e controle inerente à administração dos planos de benefícios); e Investimentos (registro e controle referentes à aplicação dos recursos dos planos de benefícios).

Os registros contábeis respeitam a autonomia patrimonial dos planos, sendo possível identificar, separadamente, os Planos de Benefícios Previdenciais administrados pela CIFRÃO, bem como o Plano de Gestão Administrativa, gerando balancetes contábeis individualizados por plano.

4.1. Apuração de Resultado

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimentos são escrituradas pelo regime de competência, exceto as contribuições dos Autopatrocinados dos Planos de Benefícios classificados na modalidade de Contribuição Definida ou de Contribuição Variável, que são reconhecidas pelo regime de caixa.

4.2. Contribuições Previdenciais

Os registros relativos às contribuições de patrocinadoras e participantes vinculados a planos estruturados na modalidade de benefício definido são escriturados com base no regime de competência. Para os planos estruturados nas modalidades de contribuição variável, as contribuições são escrituradas na data do efetivo recebimento, inclusive as dos autopatrocinados.

4.3. Gestão Administrativa

A gestão de recursos administrativos é compartilhada com os planos de benefícios, a destinação de sobras da fonte de custeio em relação aos gastos administrativos, a remuneração dos recursos e a utilização do fundo administrativo não são individualizados por planos de benefícios, os recursos são contabilizados nos planos de benefícios pela parcela equivalente à participação no fundo administrativo.

4.4. Investimentos

A gestão dos investimentos é feita através de fundos de investimento, Exclusivos ou de Mercado, além de operações em Carteira Própria.

As diretrizes de aplicações dos recursos garantidores dos planos administrados estão em consonância com as respectivas Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios PBDC e MOEDAPREV, além do PGA, elaboradas sob os preceitos legais da Resolução do CMN nº 4.994, de 24/03/2022 e alterações posteriores.

Os recursos dos planos de benefícios estão alocados, preponderantemente em fundos de investimentos, de renda fixa, renda variável e multimercados E alocação em títulos públicos federais, objetivando obter retornos esperados das carteiras para as metas atuariais – TMA. Além disso, a CIFRÃO possui investimentos em outros segmentos; Operações com Participantes e Investimentos Imobiliários.

Para precificação dos títulos e valores mobiliários, gestão própria, conforme a Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021, a metodologia de apuração do valor de mercado é de responsabilidade da Administração e deve ser estabelecida em consonância com as normas baixadas pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários, e com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, podendo ser utilizados como parâmetro:

- I. o preço médio de negociação no dia da apuração, quando não disponível, o preço médio de negociação no dia útil anterior;

- II. o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação;
- III. o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador.

4.4.1. Títulos públicos e privados

Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos Em atendimento à Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:

- **Títulos para negociação:** Aqueles com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor provável de realização.

Títulos mantidos até o vencimento : Aqueles com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco no País, os quais devem ser avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Os critérios utilizados para apuração do valor justo dos títulos e valores mobiliários obedecem às orientações técnicas estabelecidas na NBC TG 46, aprovada pela Resolução CFC nº 1.428, de 25 de janeiro de 2013, que estabelece: I. Hierarquia de valor justo com objetivo de priorizar as informações das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação adotadas para mensurar o valor justo. II. Divulgação das técnicas de avaliação e informações utilizadas para desenvolver as mensurações das hierarquias de valor justo:

- **Informações de Nível 1 :** preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos acessíveis na data da mensuração.

Informações de Nível 2 : informações também observáveis para o ativo ou passivo, cujos preços não sejam cotados incluídos no Nível 1. Adoção de preços cotados em mercado ativos ou passivos similares; em mercados que não sejam ativos para ativos ou passivos idênticos.

Informações de Nível 3 : dados observáveis para o ativo ou passivo, na medida em que dados observáveis relevantes não sejam disponíveis, pouca ou nenhuma atividade de mercado.

4.4.2. Ações

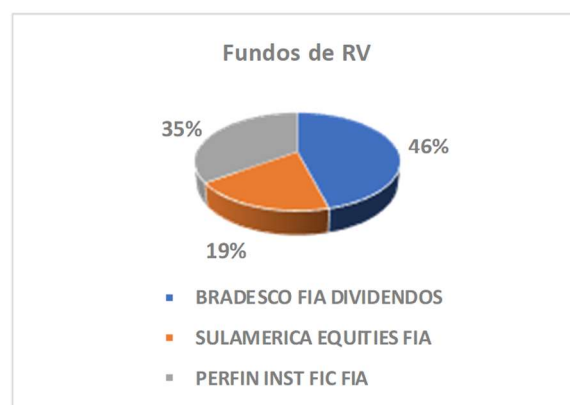
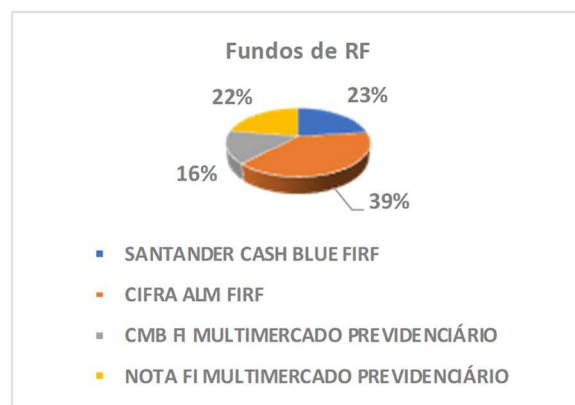
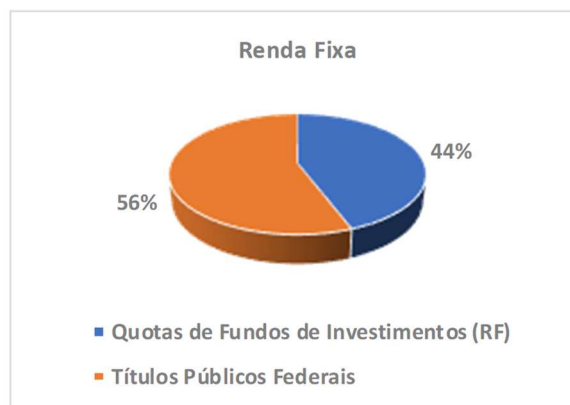
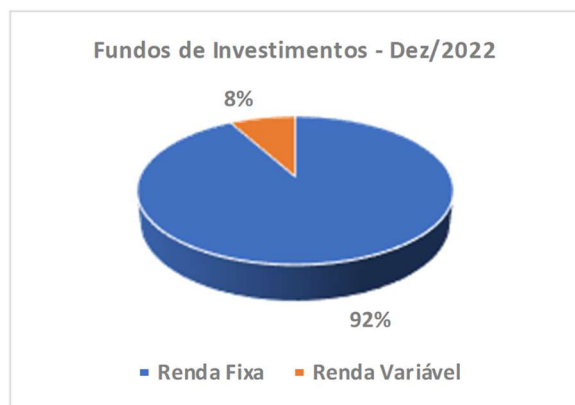
Em caso de aquisição de ações adquiridas no mercado à vista são registradas pelo custo de aquisição acrescida de despesas com corretagens e outras taxas, e precificadas ao valor de mercado pela cotação de fechamento na data mais próxima ao encerramento do exercício na Bolsa de Valores em que o papel tenha atingido maior liquidez. Os investimentos em ações dos Planos Administrados pela CIFRÃO estão totalmente alocados no patrimônio dos fundos de investimentos em ações.

4.4.3 Fundos de Investimentos

São registrados pelo valor desembolsado nas aquisições de cotas e incluem, se for o caso, taxas e emolumentos. Estão apresentados pelo valor de suas cotas na data do encerramento do exercício. Ao

encerramento do ano de 2022, a CIFRÃO possuía em seus planos de benefícios administrados, fundos de investimentos das seguintes naturezas: fundo de renda fixa referenciado CDI, fundo de renda fixa ALM, fundo multimercado institucional previdenciário, fundos de investimentos em ações de gestão ativa e fundo de investimento em ações de gestão passiva com *benchmark* de Dividendos. A carteira de Fundos em 31/12/2022, estava constituída de:

	CONSOLIDADO	MOEDAPREV	PBDC	PGA	% s/Seg
Total	420.665	240.013	174.137	6.514	100,0
Renda Fixa	386.885	214.176	166.194	6.514	92,0
Quotas de Fundos de Investimentos (RF)	171.078	114.490	50.074	6.514	44,2
SANTANDER CASH BLUE FIRF	39.364	19.894	12.955	6.514	23,0
CIFRA ALM FIRF	66.536	30.578	35.958	0	38,9
CMB FI MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO	27.044	25.884	1.161	0	15,8
NOTA FI MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO	38.134	38.134	0	0	22,3
Títulos Públicos Federais	215.807	99.687	116.120	0	55,8
NOTA DO TESOURO NACIONAL - NTN	215.807	99.687	116.120	0	100,0
Renda Variável	33.780	25.837	7.943	0	8,0
Quotas de Fundos de Investimentos (RV)	33.780	25.837	7.943	0	100,0
BRABESCO FIA DIVIDENDOS	15.490	7.547	7.943	0	45,9
SULAMERICA EQUITIES FIA	6.507	6.507	0	0	19,3
PERFIN INST FIC FIA	11.782	11.782	0	0	34,9



4.4.3. Investimentos Imobiliários

Os investimentos imobiliários são registrados pelo custo de aquisição ou construção e ajustados por reavaliações. A partir de janeiro de 2021, as reavaliações serão realizadas, no mínimo, anualmente, em consonância com a Instrução PREVIC nº31, de 20/08/2021.

Os imóveis da Fundação estão sendo reavaliados anualmente, com o objetivo de refletir os valores de mercado para venda e aluguel de forma tempestiva. O resultado da reavaliação, positivo ou negativo, é contabilizado uma única vez em conta do respectivo ativo, em contrapartida da conta de “Rendas/Variações Positivas” ou “Deduções/Variações Negativas”, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de emissão do respectivo laudo, no mesmo exercício social a que se referir.

4.4.4. Operações com Participantes

As operações com Participantes referem-se a empréstimos simples, estão registradas pelo valor do principal, acrescido dos rendimentos auferidos de forma *pro rata temporis* até 31 de dezembro, e deduzido das amortizações periódicas embutidas nas prestações. A taxa praticada durante o ano de 2022 foi composta de 0,39% a.m. de juros, 0,10% a.m. de taxa de administração e 0,08% a.m. a título de seguro (garantia de empréstimos), sendo 0,05% a.m. de quitação por morte e 0,03% a.m. de cobertura de inadimplência.

4.4.5. Recursos a Receber - Precatórios

Os recursos a receber – Precatórios referem-se aos direitos a receber do Precatório Processo nº 5004013-56.4.02.9388 decorrentes do acordo firmado em abril de 2022, entre fundações e a União Federal, que permite a restituição das aplicações realizadas na década dos anos 1980 nas Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND, cujo o saldo total posicionado em 31/12/2022 é de R\$ 11.845 mil, sendo R\$ 7.006 contabilizado no Plano PBDC e R\$ 4.839 contabilizado no Plano MoedaPrev destinado aos participantes oriundos do Plano PBDC migrados em 01/12/2020.

4.5. Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa

São constituídas levando em consideração os riscos e incertezas das realizações dos rendimentos e dos recebíveis, segundo critérios estabelecidos no item 11, do Anexo A – Normas Complementares, da Instrução PREVIC nº 31, de 20/08/2021 e Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021.

4.6. Férias e 13º Salário a Pagar

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de férias e o 13º salário, são provisionados no PGA, segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

4.7. Provisões para Contingências

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Fundação. A Provisão é ajustada através de informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito. As provisões são passivos de prazo indefinido e valores incertos.

Os Passivos Contingências são reconhecidos como Provisões no Exigível Contingencial, para aquelas ações classificadas de Prováveis Perdas e sujeitas apenas à divulgação nas Notas Explicativas, quando a avaliação dos consultores jurídicos e respostas de circularizações, classificarem de Possíveis Perdas. A Fundação segue os preceitos enunciados do pronunciamento técnico contábil – CPC 25, homologado pelo Conselho Federal de Contabilidade e ratificado pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

4.8. Imobilizado e Intangível

São direitos, bens corpóreos e incorpóreos, destinados a manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, que contribuem para a formação do resultado de mais de um exercício, usados para fins administrativos, todos depreciados e amortizados, quando o caso, pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica estimada na aquisição, as seguintes alíquotas anuais: Instalações 10% a.a; Móveis e Utensílios 10% a.a; Máquinas e Equipamentos 10% a.a.; Computadores e Periféricos 20% a.a.; e Softwares e Sistemas 20% a.a.

4.9. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas representam os compromissos líquidos futuros assumidos com os benefícios concedidos e a conceder aos participantes, aos assistidos e aos seus beneficiários.

São constituídas com base em cálculos atuariais efetuados por consultores especializados, utilizando premissas atuariais, econômicas e financeiras, considerando: probabilidade de morte e invalidez, taxa de juros, taxa de inflação, crescimento real de salário, idade de aposentadoria, composição familiar entre outras.

Essas provisões matemáticas foram avaliadas, com base em dados cadastrais e estatísticos da massa de participantes e assistidos, e representam os compromissos dos planos com os benefícios a serem pagos aos mesmos.

Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos: registram o valor atual dos compromissos líquidos correspondentes aos benefícios concedidos a serem pagos pelo plano de benefícios aos aposentados e beneficiários em gozo de benefícios.

Provisões Matemáticas de Benefício a Conceder: registram o valor atual dos compromissos líquidos correspondentes aos benefícios a conceder pelo plano de benefícios aos participantes e aos seus beneficiários.

4.10. Fundos

4.10.1. Fundos Previdenciais

Fundos constituídos para atender à Gestão Previdencial dos planos de benefícios, previstos nos seus regulamentos e, por consequência, nas respectivas Notas Técnicas Atuariais os quais preveem as condições de constituição, manutenção e sua destinação, atendem propósitos específicos.

4.10.2. Fundos Administrativos

Fundo constituído pela diferença ou sobra entre os recursos coletados para o custeio administrativo e os gastos realizados pela Fundação na administração dos Planos de Benefícios Previdenciais. Cada plano de benefícios possui participação no Fundo Administrativo conforme critérios de rateio das despesas e receitas. O objetivo do fundo administrativo é assegurar recursos suficientes para manutenção da estrutura administrativa da CIFRÃO.

4.10.3. Fundos de Inadimplência ou Óbito de Participantes com Operações De Empréstimos

Estes fundos são compostos financeiramente pela taxa de quitação por inadimplência ou óbito mediante ao recolhimento de 0,08% a.m. sobre as prestações mensais de empréstimo, conforme Instrução Normativa Interna nº 008/2017. Os Fundos de Garantia de Empréstimos representam os recursos necessários à cobertura de possíveis perdas decorrentes de inadimplência ou óbito de participantes. Estes fundos, denominados Fundo Garantidor de Inadimplência por Inadimplência ou Óbitos, são registrados e controlados pela Gestão da Fundação.

4.11. Equilíbrio Técnico

Apurado pela diferença entre o valor do Ativo Líquido deduzido do total das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais, portanto registra o resultado superavitário ou deficitário dos planos de benefícios.

O Superavit Técnico Acumulado é registrado em Reserva de Contingência até o limite definido em normas regulamentares. O que ultrapassa este limite é registrado em Reserva Especial para Revisão de Plano a cada exercício. O Déficit Técnico Acumulado registra a insuficiência patrimonial em relação aos compromissos totais do plano de benefícios.

O resultado superavitário dos planos de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos, até o limite de 25% do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado da seguinte fórmula, o que for menor:

Limite da Reserva da Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$.

Déficit é a insuficiência patrimonial em relação aos compromissos do plano de benefícios com seus participantes. Mediante estudo específico da situação econômico-financeira e atuarial acerca das causas do déficit. Deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento até o final do exercício subsequente, para o resultado deficitário excedente ao limite calculado pela seguinte fórmula:

Limite de Déficit Técnico Acumulado = $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$.

Para fins de equacionamento de déficit, será acrescido ou deduzido, o valor do ajuste de precificação, correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados, a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos.

Os procedimentos seguem os preceitos normativo, conforme Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018.

4.12. Premissas e Estimativas Contábeis

A elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para crédito de liquidação duvidosa, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários e as provisões com demandas judiciais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas ocasionalmente resultará em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A alta Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos por ocasião do Balanço.

4.13. Plano de Gestão Administrativa

Os registros contábeis dos recursos destinados pelos Planos de Benefícios Previdenciais administrados pela Fundação para o PGA, foram realizados obedecendo às fontes de custeio para sua cobertura previstas na Resolução CNPC nº 48, de 08/12/2021 e no Regulamento do PGA aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação. O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas do Fundo Administrativo.

A parcela equivalente à participação dos Planos de Benefícios Previdenciais no Fundo Administrativo no PGA foi registrada nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, nos respectivos planos de benefícios. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por Planos de Benefícios Previdenciais, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores e participantes dos planos.

4.14. Ajustes e Eliminações

Ao final de cada mês a Fundação deve registrar a parcela equivalente à participação do plano de benefício previdenciário no Fundo Administrativo no PGA na conta “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, nos respectivos planos de benefícios.

Os ajustes e eliminações necessárias à consolidação das Demonstrações Contábeis e balancetes, devem ser registrados em documentos auxiliares.

5. ATIVO

5.1. Disponível

Estão registrados a movimentação financeira o saldo disponível nas contas caixa e banco conta movimento da Fundação que são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Entidade.

Em 31/12/2022 e 31/12/2021, os planos de benefícios apresentavam saldos conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2022				31/12/2021			
	PBDC	MoedaPrev	PGA	Consolidado	PBDC	MoedaPrev	PGA	Consolidado
Caixa	0	0	0	0	0	0	0	0
Banco conta movimento	6	11	0	17	9	6	0	15
Total	6	11	0	17	9	6	0	15

5.2. Realizável – Gestão Previdencial

Estão registrados os recursos a receber inerentes às atividades dos planos de benefícios e os valores depositados em juízo relativo aos processos judiciais, de natureza previdenciária.

	31/12/2022			31/12/2021		
	PBDC	MoedaPrev	Consolidado	PBDC	MoedaPrev	Consolidado
Contribuições no mês	10	1	11	10	1	11
Patrocinadores	0	1	1	0	1	1
Participantes	6	0	6	4	0	6
Autopatrocinados	4	0	4	4	0	4
Contribuição sobre 13º	0	0	0	0	0	0
Outros recursos a receber	2	0	2	2	0	2
Adiantamentos	1	10	11	0	0	0
De Benefícios	1	10	11	0	0	0
Abono Anual	0	0	0	0	0	0
Depósitos Judiciais	0	0	0	78	30	108
Outros Realizáveis	24	106	130	24	106	130
Total	37	117	154	114	137	251

5.3. Realizável – Gestão Administrativa

Estão registrados os valores a receber inerentes às atividades da Gestão Administrativa da Fundação e os valores depositados em juízo relativo aos processos judiciais, de natureza administrativa (cíveis e tributárias)

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a Receber	132	394
Responsabilidade de empregados	10	0
Responsabilidade de terceiros	122	394
Despesas Antecipadas	0	0
Total	132	394

Em dezembro de 2022, houve baixa de provisão de valores a receber no valor de R\$ 287.019,72, referentes a pagamentos realizados a plano de saúde contratado pelos participantes, através da entidade, os quais não foram reembolsados à CIFRÃO no período superior a cinco anos. Tais cobranças dos valores foram ajuizadas, conforme processo nº 0053420-20.2008.8.19.0038, o qual vem sendo acompanhado pelo escritório jurídico que atende a fundação.

5.4. Investimentos

A carteira de investimentos consolidada é composta por Títulos Públicos, Fundos de Investimento, Investimentos Imobiliários e Operações com Participantes. Apresentamos, também, a carteira por planos de benefícios e do plano de gestão administrativa – PGA:

	31/12/2022				31/12/2021			
	PBDC	MoedaPrev	PGA	Consolidado	PBDC	MoedaPrev	PGA	Consolidado
Título Público Federal	<u>116.120</u>	<u>99.687</u>	<u>0</u>	<u>215.807</u>	<u>118.196</u>	<u>91.104</u>	<u>0</u>	<u>209.300</u>
Fundos de Investimentos	<u>58.017</u>	<u>140.327</u>	<u>6.514</u>	<u>204.858</u>	<u>56.470</u>	<u>132.928</u>	<u>5.235</u>	<u>194.632</u>
Renda Fixa (FIRF)	50.074	76.356	6.514	132.944	48.991	72.067	5.235	126.293
Ações (FIA)	7.943	25.837	0	33.780	7.250	25.706	0	32.956
Multimercado (FIM)	0	38.134	0	38.134	228	35.155	0	35.383
Derivativos	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>
Investimentos Imobiliários	<u>5.105</u>	<u>3.527</u>	<u>0</u>	<u>8.632</u>	<u>4.785</u>	<u>3.306</u>	<u>0</u>	<u>8.091</u>
Aluguéis e Renda	5.105	3.527	0	8.632	4.785	3.306	0	8.091
Direitos em Alienação	0	0	0	0	0	0	0	0
Operações com Participantes	<u>2.443</u>	<u>8.579</u>	<u>0</u>	<u>11.022</u>	<u>3.256</u>	<u>7.986</u>	<u>0</u>	<u>11.242</u>
Recursos a Rec. Precatória	<u>7.006</u>	<u>4.839</u>	<u>-</u>	<u>11.845</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outros Realizáveis	<u>0</u>	<u>97</u>	<u>0</u>	<u>97</u>	<u>2</u>	<u>41</u>	<u>0</u>	<u>44</u>
Total	<u>188.691</u>	<u>257.056</u>	<u>6.514</u>	<u>452.261</u>	<u>182.710</u>	<u>235.365</u>	<u>5.235</u>	<u>423.309</u>

5.4.1. Fundos de Investimentos

Os saldos relativos à aplicação em fundos de investimentos são avaliados tomando-se por base o valor de suas cotas na data do balanço.

	31/12/2022				31/12/2021			
	PBDC	MoedaPrv	PGA	Consolidado	PBDC	MoedaPrv	PGA	Consolidado
RENDA FIXA	<u>50.074</u>	<u>76.356</u>	<u>6.514</u>	<u>132.944</u>	<u>48.991</u>	<u>72.067</u>	<u>5.235</u>	<u>126.293</u>
CIFRA ALM FIRF(*)	35.958	30.578	0	66.536	46.265	39.342	0	85.607
CMB FIM(*)	1161	25.884	0	27.044	24	23.328	2.006	25.358
SANTANDER CASH BLUE	12.955	19.894	6.514	39.364	2.702	9.397	3.228	15.327
AÇÕES	<u>7.943</u>	<u>25.837</u>	<u>0</u>	<u>33.780</u>	<u>7.250</u>	<u>25.706</u>	<u>0</u>	<u>32.956</u>
BRABESCO FIA DIVIDENDOS	7.943	7.547	0	15.490	7.250	6.889	0	14.139

SULAMERICA EQ	0	6.508	0	6.508	0	6.713	0	6.713
PERFIN INST	0	11.782	0	11.782	0	12.104	0	12.104
MULTIMERCADO	0	38.134	0	38.134	228	35.155	0	35.383
NOTA FIM (*)	0	38.134	0	38.134	228	35.155	0	35.383
(=) Subtotal	58.017	140.327	6.514	204.858	56.470	132.928	5.235	194.632
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0
(=) Total	58.017	140.327	6.514	204.858	56.470	132.928	5.235	194.632

(*) Fundos exclusivos, a CIFRÃO é o único cotista.

O Administrador e Custodiante dos Fundos de Investimentos exclusivos listados no quadro acima, conforme previsto em contrato não pode ser gestor das carteiras de investimentos desses Fundos.

De acordo com os Artigos 30 e 37 da Resolução CNPC nº 43, de 06/08/2021, é obrigatória a divulgação dos títulos por montante, natureza e faixa de vencimento, conforme a seguir:

Posição em 31/12/2022

Papéis na Curva	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	10 a 15 anos	15 a 20 anos	20 a 25 anos	25 a 30 anos	acima de 30 anos	Valor Contábil
1 Títulos Públicos									
Operações Compromissadas	-	10.141	-	-	-	-	-	-	10.141
NTN-B	27.899	48.288	11.157	9.340	6.443	-	89.347	94.128	286.602
NTN-C	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NTN-F	-	-	4.246	-	-	-	-	-	4.246
LFT	328	15.782	-	-	-	-	-	-	16.110
LTN	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Títulos Públicos	28.227	74.211	15.403	9.340	6.443	-	89.347	94.128	317.100
2 Títulos Privados									
CDB's	299	-	-	-	-	-	-	-	299
CDB's Subordinados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CRI	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NC	84	314	-	-	-	-	-	-	399
Debêntures	-	4.460	481	-	-	-	-	-	4.940
Letras Financeiras	-	3.031	-	-	-	-	-	-	3.031
Letras Financeiras Subordinadas	-	-	-	-	-	-	340	-	340

Letras Hipotecárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Títulos Privados	384	7.806	481	-	-	-	340	-	9.010
Fundos de Investimentos	94.513	-	-	-	-	-	-	-	94.513
Contas a Pagar / a Receber / Tesouraria	42	-	-	-	-	-	-	-	42
Total	123.166	82.016	15.884	9.340	6.443	-	89.688	94.128	420.665

Posição em 31/12/2021

Papéis na Curva	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	10 a 15 anos	15 a 20 anos	20 a 25 anos	25 a 30 anos	acima de 30 anos	Valor Contábil
1 Títulos Públicos									
Operações Compromissadas	-	5.274	-	-	-	-	-	-	5.274
NTN-B	27.139	64.892	22.035	71.020	3.251	-	54.425	61.232	303.994
NTN-C	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NTN-F	-	-	4.563	-	-	-	-	-	4.563
LFT	-	1.413	-	-	-	-	-	-	1.413
LTN	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Títulos Públicos	27.139	71.579	26.598	71.020	3.251	-	54.425	61.232	315.245
2 Títulos Privados									
CDB's	-	268	-	-	-	-	-	-	268
CDB's Subordinados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CRI	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures	113	3.222	442	-	-	-	-	-	3.777
Letras Financeiras	-	4.116	-	-	-	-	-	-	4.116
Letras Financeiras Subordinadas	808	-	-	-	-	-	-	-	808
Letras Hipotecárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Títulos Privados	921	7.606	442	-	-	-	-	-	8.969
Fundos de Investimentos	79.696	-	-	-	-	-	-	-	79.696
Contas a Pagar / a Receber / Tesouraria	23	-	-	-	-	-	-	-	23
Total	107.779	79.186	27.040	71.020	3.251	-	54.425	61.232	403.932

Títulos classificados na categoria mantidos a vencimento – ajuste a mercado.

2022

Ganho/Perda

Vencto.	Tipo	Valor Contábil	Valor a mercado	Total	PBDC	Moeda	PGA
15/08/2024	NTN-B	28.542	28.365	-176	-95	-81	0
15/05/2023	NTN-B	20.096	20.133	37	20	17	0
15/05/2023	NTN-B	7.754	7.759	5	3	2	0
Total		56.392	56.257	-134	-73	-62	0

2021		Ganho/Perda					
Vencto.	Tipo	Valor Contábil	Valor a mercado	Total	PBDC	Moeda	PGA
15/08/2024	NTN-B	26.961	27.512	552	298	254	0
15/05/2023	NTN-B	18.916	19.114	198	107	91	0
15/05/2023	NTN-B	7.322	7.366	44	24	20	0
15/08/2022	NTN-B	19.627	19.720	93	50	43	0
15/08/2022	NTN-B	6.802	6.828	26	14	12	0
15/08/2022	NTN-B	710	711	2	1	1	0
Total		80.338	81.252	914	494	420	0

Os títulos supra mencionados, encontram-se alocados na carteira do fundo exclusivo FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CIFRA ALM, e em 2022 a entidade também possuía NTN-Bs na carteira própria.

A tabela demonstra o resultado o qual seria obtido, caso os ativos classificados na categoria “a vencimento” fossem negociados “a mercado” na data base de 31/12/2022.

5.4.2. Investimentos Imobiliários

	31/12/2022			31/12/2021		
	PBDC	MoedaPrev	Consolidado	PBDC	MoedaPrev	Consolidado
Locadas a Terceiros	5.105	3.527	8.632	4.785	3.306	8.091
Praia de Botafogo	3.841	2.654	6.495	3.655	2.525	6.180
Terrenos	2.320	1.602	3.922	2.240	1.547	3.787
Construções	1.522	1.051	2.573	1.415	978	2.393
Rua Sete de Setembro	1.264	873	2.137	1.130	781	1.911
Terrenos	682	471	1.154	439	304	743
Construções	581	402	983	691	477	1.168
Contas a Receber	0	0	0	0	0	0

Direitos de Alienação ²	0	0	0	0	0	0
Total	5.105	3.527	8.632	4.785	3.306	8.091

Reavaliação de Imóveis

Em dezembro de 2022, a Fundação promoveu uma nova avaliação de sua carteira imobiliária, realizada pela Bolsa de Negócios Imobiliários do Rio de Janeiro (BNI) – CREA nº 1990-200849, conforme laudos 512/2022 e 0412/2022, registrando-se contabilmente em dezembro de 2022 o devido ajuste.

	Valor Contábil	Valor Reavaliado	Valor do Ajuste
Locadas a Terceiros	8.091	8.632	541
Praia de Botafogo	6.180	6.495	315
Terrenos	3.787	3.922	135
Construções	2.393	2.573	180
Rua Sete de Setembro	1.911	2.137	226
Terrenos	743	1.154	411
Construções	1.168	983	-185
Total	8.091	8.632	541

5.4.3. Operações com Participantes

A carteira de empréstimos em 31/12/2022 e 31/12/2021 apresentavam os seguintes saldos:

			31/12/2022	31/12/2021
	Posição da Carteira	PDD	Carteira Líquida	Carteira Líquida
PBDC	2.615	172	2.443	3.256
MoedaPrev	8.582	3	8.579	7.986
Total	11.197	175	11.022	11.242

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, da carteira de empréstimos é constituída com base no valor vencido e no número de dias de atraso, atendendo ao disposto na Instrução PREVIC nº31, de 20/08/2020.

6. PASSIVO

6.1. Exigível Operacional – Gestão Previdencial

Estão registrados os compromissos assumidos pela Fundação pelos planos de benefícios relativos à Gestão Previdencial, demonstrado conforme a seguir:

Consolidado

	31/12/2022	31/12/2021
Benefícios a Pagar	4.805	4.454
Retenções a Recolher	407	335
Outras Exigibilidades	60	57
Total	5.272	4.846

Plano de Benefício Definido CIFRÃO (PBDC)

	31/12/2022	31/12/2021
Benefícios a Pagar ¹	4.797	4.446
Retenções a Recolher	290	258
Outras Exigibilidades	4	5
Total	5.091	4.709

¹ Estão registrados principalmente os valores pendentes de pagamentos de resgate dos ex-participantes que se retiraram do Plano de Benefícios e continuam com vínculo empregatício com a Patrocinadora e Complementação de Benefícios.

Plano de Benefício MoedaPrev

	31/12/2022	31/12/2021
Benefícios a Pagar	8	8
Retenções a Recolher	117	77
Outras Exigibilidades	56	52
Total	181	137

6.2. Exigível Operacional – Gestão Administrativa

Estão registrados os compromissos a pagar assumidos pela Fundação, relativos à Gestão Administrativa:

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a Pagar	203	203
Retenções a Recolher	28	24
Tributos a Recolher	27	25
Outras Exigibilidades	1	1
Total	259	253

6.3. Exigível Contingencial

O exigível contingencial registra as provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Fundação, avaliadas por assessoria jurídica contratada pela entidade.

6.3.1 Gestão Previdencial**A. PROVISÕES**

Estão provisionados os valores estimados de perdas prováveis tendo como referência os relatórios de ações sob o acompanhamento e controle da assessoria jurídica externa.

QUADRO COMPARATIVO 2022/2021

	31/12/2022			31/12/2021		
	Provisão	Depósitos Judiciais	Saldo	Provisão	Depósitos Judiciais	Saldo
PBDC	1.761	0	1.761	1.676	0	1.676
Total	1.761	0	1.761	1.676	0	1.676

Relatório Jurídico por ação em 31/12/2022

Processo nº	Valor em risco
0190600-90.1991.5.01.0017	330.926,13
0194400-54.1991.5.01.0041	104.427,49
0030800-46.1994.5.01.0041	501.876,20
0043400-54.1999.5.01.0064	261.713,17
0000941-36.2010.5.01.0069	21.509,86
5075103-55.2020.4.02.5101	100.000,00
0006121-56.2007.8.19.0208	398.672,68
0026170-17.2013.8.19.0206	10.000,00
0342240-94.1998.8.19.0001	31.637,83
Total	1.760.763,36

Todas as ações classificadas com probabilidade de saída de recurso “provável” estão provisionadas, em valores estimados de forma confiável, conforme quadro acima e de acordo com avaliação de escritório jurídico que acompanha as referidas ações.

B. PASSIVO CONTINGENCIAL

Tramita perante a 2ª Vara Federal do Rio de Janeiro, o processo nº 0068135-70.2015.4.02.5101, proposto pela Associação dos Empregados da Casa da Moeda do Brasil, que tem como finalidade, obter decisão judicial que determine a nulidade das alterações regulamentares e do equacionamento do déficit

realizado no Plano de Benefício Definido CIFRÃO em 1999, para que seja o mesmo repartido conforme proporção contributiva praticada à época, entre CMB e Participantes.

Os pedidos de condenação econômica/financeira são dirigidos à Patrocinadora Casa da Moeda do Brasil, no sentido de que, julgado procedente os pedidos, a mesma assumira integralmente com os valores desta revisão, sendo estes recursos transferidos para o Plano de Benefício Definido CIFRÃO, razão pela qual não há provisionamento constituído.

Pleiteia a referida ação ainda, a obtenção da revisão dos benefícios concedidos no período, o reingresso de participantes que cancelaram suas inscrições em razão das alterações regulamentares ocorridas no passado, a revisão dos benefícios concedidos, com eventual pagamento de diferença devida, e a revisão e devolução dos valores das contribuições realizadas pelos participantes ao plano, com base nos parâmetros estabelecidos no Regulamento anterior às alterações introduzidas em 1999.

7. PATRIMÔNIO SOCIAL

7.1. Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas registradas no Balanço de encerramento do exercício de 2022 foram determinadas a partir dos resultados da Avaliação Atuarial elaborada pela empresa Rodarte Nogueira Consultoria em Estatística e Atuária Ltda., e seus valores demonstram a composição do Patrimônio Social, do Patrimônio de Cobertura do Plano, dos Fundos e do Equilíbrio Técnico dos Planos de Benefícios, em 31/12/2022, de acordo com a Resolução CNPC nº 43, de 06/08/21.

Consolidado

	31/12/2022	31/12/2021
Benefícios Concedidos	440.754	434.793
Contribuição Definida	48.091	51.915
Benefício Definido	392.663	382.878
Benefício a Conceder	138.410	122.680
Contribuição Definida	125.216	108.656
Benefício Definido em Regime de Capitalização prog.	13.115	13.982
Benefício Definido em Regime de Capitalização não prog.	79	42
(-) Provisão Matemática a Constituir	-157.529	-123.450
Total	421.635	434.023

Plano de Benefício Definido CIFRÃO (PBDC)

	31/12/2022	31/12/2021
Benefícios Concedidos	322.239	317.067
Contribuição Definida	481	449
Benefício Definido	321.758	316.618
Benefício a Conceder	13.219	14.047
Benefício Definido	25	23

Benefício Definido em Regime de Capitalização prog.	13.115	13.982
Benefício Definido em Regime de Capitalização não prog.	79	42
(-) Provisão Matemática a Constituir	-123.450	-123.450
Total	212.008	207.664

Resumo das Premissas e Hipóteses Atuariais do Plano de Benefício Definido CIFRÃO (PBDC)

	2022	2021
Taxa de juro atuarial	4,59%	4,59%
Crescimento real de salário	1,17%	1,4%
Fator de capacidade do Benefício	0,9830	0,9830
Tábua de mortalidade geral	AT 83 Segregada por sexo	AT 83 Segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss desagravada em 40%	Winklevoss desagravada em 40%
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas desagravada em 30 %	Álvaro Vindas desagravada em 30 %
Morbidez (Auxílio Doença)	Hubbard-Laffitte Desagravada em 20%	Exp. Rodarte Desagravada em 20%

Plano de Benefício MoedaPrev

	31/12/2022	31/12/2021
Benefícios Concedidos	118.515	117.726
Contribuição Definida	47.610	51.465
Benefício Definido	70.905	66.261
Benefícios a Conceder	125.191	108.633
Contribuição Definida	125.191	108.633
Total	243.706	226.359

Premissas e Hipóteses Atuariais do Plano MoedaPrev

	2022	2021
Taxa de juro atuarial	4,59%	4,59%
Crescimento real de salário	1,17%	1,4%
Fator de capacidade do Benefício	0,9830	0,9830
Tábua de mortalidade geral	AT 83 Segregada por sexo	AT 83 Segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss desagravada em 40%	Winklevoss desagravada em 40%
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas desagravada em 30 %	Álvaro Vindas desagravada em 30 %
Morbidez (Auxílio Doença)	Hubbard-Laffitte Desagravada em 20%	Exp. Rodarte Desagravada em 20%

7.2. Equilíbrio técnico

Demonstra os resultados acumulados obtidos pelos planos de benefícios. A rubrica Equilíbrio Técnico representa os valores referentes ao Superávit/Déficit Técnico Acumulado e a Reserva Especial para Revisão de Plano.

7.2.1 Plano de Benefício Definido CIFRÃO (PBDC)

	31/12/2022	31/12/2021
Reserva de Contingencia	3.125	0
(-) Déficit Técnico Acumulado	0	-31.999
Total	3.125	-31.999

7.2.2 Plano MoedaPrev

	31/12/2022	31/12/2021
(-) Déficit Técnico Acumulado	(9.269)	(6.299)
Total	(9.269)	(6.299)

7.3. Fundos**7.3.1. Previdenciais**

Tem destinação específica constituída atuarialmente com recursos da Gestão Previdencial, previsto no regulamento do plano de benefícios e as regras de constituição e a manutenção dos fundos já existentes deverão constar na nota técnica atuarial, no parecer atuarial e nas notas explicativas às demonstrações contábeis, conforme estabelece o Art. 9º da Resolução CNPC nº 30, de 10/10/20218

Plano de Benefício Definido CIFRÃO (PBDC)

De acordo com o Regulamento do PBDC, não há previsão de constituição de Fundos Previdenciais.

Plano de Benefício MoedaPrev

Os Fundos Previdenciais existentes no Plano MoedaPrev na data base de 31/12/2022 são: Fundo de Risco, Fundo Resersão de Contingência, Fundo de Recursos Remanescentes Patrocinador e Fundo de Recursos a Receber Precatórios. As regras de constituição e a manutenção dos fundos já existentes são as seguintes:

Fundo de Risco: destinado a suportar os compromissos referentes aos benefícios de risco do MoedaPrev não cobertos pelo saldo de conta, sendo creditado pelas contribuições de risco e debitado pelas despesas com pagamento de auxílio-doença e pelo montante correspondente ao complemento do saldo de conta decorrente de invalidez ou morte de participante. O Fundo de Risco é atualizado mensalmente pela rentabilidade do plano;

Fundo Resersão de Contigência: constituído em 01/12/2020, data da avaliação atuarial por fato relevante, pela reversão do superávit apurado antes da migração, sendo destinado à cobertura de eventual déficit para a massa do MoedaPrev que deu causa ao fundo. O Fundo Reversão de Contigência é atualizado mensalmente pela rentabilidade do plano;

Fundo de Recursos Remanescentes Patrocinador: constituído pelos recursos do patrocinador não resgatável pelo participante correspondentes aos participantes cancelados, desligados e restituídos, informados pela entidade, sendo sua utilização definida pelo patrocinador. O Fundo de Recursos Remanescentes Patrocinador é atualizado mensalmente pela rentabilidade do plano;

Fundo de Recursos a Receber Precatório: constituído em 30/11/2022 em decorrência da contabilização do Precatório Processo nº 5004013-56.4.02.9388, referente ao acordo firmado em abril de 2022, entre fundações e a União Federal, que permite a restituição das aplicações realizadas na década dos anos 1980 nas Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND, uma vez que a parcela transferida ao Plano MoedaPrev do direito a receber, equivalente a 40,85% do valor total do precatório, destina-se exclusivamente aos participantes e assistidos oriundos do PBDC, com destinação de 50% desse direito aos patrocinadores, e que, nesse caso, o registro contábil desse recurso não deve afetar o cálculo do valor da cota do Plano MoedaPrev.

7.3.2. Fundos Administrativos

Constituído com eventuais sobras de custeio da Gestão Administrativa e remunerado com base no resultado líquido dos investimentos, calculados proporcionalmente à sua participação no montante aplicado pelos investimentos. Destina-se, basicamente, à cobertura de insuficiências futuras de verbas de custeio administrativo.

Estão registrados no Fundo Administrativo os valores que serão utilizados para cobertura das despesas administrativas pela Fundação para administração dos seus Planos de Benefícios ou cobertura do Ativo Permanente, na forma prevista no Regulamento do PGA e Nota Técnica aprovada pelo Conselho Deliberativo da Fundação.

	31/12/2022	31/12/2021
PBDC	4.139	3.169
MOEDAPREV	2.290	2.263
Total	6.429	5.432

7.3.3 Fundos de Inadimplência ou Óbito de Participantes com Operações De Empréstimos

Constituídos com a finalidade de quitação de empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade de seu falecimento ou ainda, inadimplemento.

	31/12/2022			31/12/2021		
	PBDC	MoedaPrev	Consolidado	PBDC	MoedaPrev	Consolidado
Fundo Garantidor de Empréstimo	246	207	453	173	183	356
Fundo de Cobertura de Inadimplência	461	607	1068	554	407	961
TOTAL	707	814	1.521	727	590	1.317

7.4. Apuração de Resultado

7.4.1 Gestão Previdenciária

Resultado dos Planos de Benefícios de natureza previdencial, pela apuração entre as adições de contribuições, dos resultados dos investimentos, das deduções pelos pagamentos de benefício, pela provisão das contingências, e das constituições/reversões das provisões atuariais.

Consolidado

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado Líquido dos Investimentos	44.938	2.993
Resultado Líquido do Previdencial	-15.148	-26.301
Resultado Líquido do Administrativo	-1780	-13
Resultado	28.010	-23.321
(+/-) Constituição/Reversão das Provisões Atuariais	12.388	-5.021
(+/-) Constituição/Reversão dos Fundos Previdenciais	-7.042	-1.104
(+/-) Constituição/Reversão dos Fundos Administrativos	-996	-190
(+/-) Constituição/Reversão dos Fundos de Investimentos	-205	-13
Superávit/Déficit Técnico no Exercício	32.155	-29.649
Superávit/Déficit Técnico no Exercício Anterior	-38.298	-8.649
Superávit/Déficit Técnico acumulado	-6.143	-38.298

Plano de Benefício Definido CIFRÃO (PBDC)

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado Líquido dos Investimentos	22.423	2.825
Resultado Líquido do Previdencial	-17.034	-16.490
Resultado	5.389	-13.665
(+/-) Constituição/Reversão das Provisões Atuariais	29.735	-9.734
(+/-) Constituição/Reversão dos Fundos Previdenciais	0	0
(+/-) Constituição/Reversão dos Fundos de Investimentos	0	13
Superávit/Déficit Técnico no Exercício	35.124	-23.386
Superávit/Déficit Técnico no Exercício Anterior	-31.999	-8.613
Superávit/Déficit Técnico acumulado	3.125	-31.999

Plano de Benefício Definido CIFRÃO (MoedaPrev)

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado Líquido dos Investimentos	22311	-37
Resultado Líquido do Previdencial	-891	-9.809
Resultado	21.420	-9.846
(+/-) Constituição/Reversão das Provisões Atuariais	-17.347	4.713
(+/-) Constituição/Reversão dos Fundos Previdenciais	-7.043	-1.104
(+/-) Constituição/Reversão dos Fundos de Investimentos	0	-26
Superávit/Déficit Técnico no Exercício	-2.970	-6.263
Superávit/Déficit Técnico no Exercício Anterior	-6.299	-36

Superávit/Déficit Técnico acumulado	-9.269	-6.299
-------------------------------------	--------	--------

7.4.2 Gestão Administrativa

A Lei Complementar nº 108, de 29/05/2001, em seu artigo 7º determina que: “As despesas administrativas da entidade de previdência complementar serão custeadas pelo Patrocinador e pelos Participantes (Ativos e Assistidos), atendendo a limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador”.

A cobertura das despesas Administrativas está utilizando o limite de Taxa de carregamento de até 9% (nove por cento), conforme estabelece o Artigo 5º, Inciso II da Resolução CNPC nº 48, de 08/12/2021. Definição de Taxa de Carregamento, conforme previsto no item VII, do artigo 2º da referida legislação é: “Taxa de Carregamento: percentual incidente sobre a soma das contribuições e dos benefícios dos planos no exercício a que se referir”.

	31/12/2022
Fluxo Previdencial	
(+) Contribuições	31.002
(+) Benefícios de renda continuada	46.752
(=) Total Fluxo Previdencial	77.754
Apuração Resultado PGA	
(+) Valor transferido para o PGA	2.776
(+) Receitas administrativas	2.308
(-) Despesas Administrativas	-4.867
(-) Resultado dos Investimentos	779
(-) Constituição/Reversão de Contingência	-
(=) Constituição do Fundo Administrativo	996
Limite legal (9% s/Fluxo Previdencial - Receita Administrativa)	6.998
Limite legal representação percentual s/Fluxo Previdencial	6,54%
Valor transferido para o PGA	5.084
Relação percentual s/Fluxo Previdencial	72,65%

Atualmente, o quadro de pessoal da Entidade é composto por 03 (três) diretores e 08 (oito) empregados. As despesas administrativas da Entidade e Serviços de Terceiros, posicionadas em 31/12/2022 e 31/12/2021 estão demonstradas a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Consultoria Atuarial	192	188
Consultoria de Investimentos	58	45
Consultoria Jurídica	255	201
Recursos Humanos	-	-

Informática	583	558
Gestão/Planejamento Estratégico	91	38
Auditoria Contábil	54	46
Outros	-	-
Total	1.233	1.076

A Entidade não remunera os membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, conforme prevê o Artigo 19, § 2º do Estatuto Social.

7.4.3 Investimentos

	31.12.2022				31.12.2021			
	PBDC	MoedaPrev	PGA	TOTAL	PBDC	MoedaPrev	PGA	TOTAL
(+) Rendas / Variações Positivas	30.890	40.086	779	71.755	22.267	22.437	232	44.936
Títulos Públicos	12.369	10.369	0	22.738	5.449	5.669	0	11.118
Ações		0	0	0	0	0	0	0
Fundo de Investimento	10.035	23.129	779	33.943	15.040	15.198	232	30.470
Derivativos		0	0	0	0	297	0	297
Investimentos Imobiliários	908	356	0	1.264	786	1.261	0	2.047
Empréstimos e Financiamentos	573	1393	0	1.966	897	0	0	897
Outras	7005	4839	0	11.844	95	11	0	106
(-) Deduções / Variações Negativas	7.534	16.197	0	23.731	18.432	21.246	27	39.705
Títulos Públicos	4.364	5.470		9.834	6.071	7.268	0	13.339
Fundo de Investimento	1.891	10.406		12.297	11.643	13.710	0	25.353
Derivativos		0		0	0	0	27	27
Investimentos Imobiliários	503	76		579	357	0	0	357
Empréstimos e Financiamentos	601	42		643	153	3	0	156
Relacionadas com Disponível	149	195		344	131	140	0	271
Outros	26	8		34	77	125	0	202
(-) Cobertura / Reversão de Desp. Adm.	-846	-1462	0	-2.308	1.011	1.227	0	2.238
(-) Constituição / Reversão de Contingências	0	0	0	0				
(-) Constituição / Reversão de Fundos	-87	-117	0	-204	13	-26	0	-13
(=) Resultado Líquido dos Investimentos	22.423	22.310	779	45.512	2.837	-63	205	2.979

8. Ajustes e eliminações

A Fundação registrou em documentos auxiliares (Balancete de Ajuste) a exclusão no Balanço Patrimonial Consolidado, os valores da Participação dos Planos de Benefícios no Plano de Gestão Administrativa (PGA), correspondente neste exercício de R\$6.429 (R\$5.433 em 2021), em atendimento aos normativos vigentes.

9. Gestão Tributária

A Fundação está sujeita a tributação do PIS e da COFINS incidentes, basicamente sobre suas operações administrativas (Gestão Administrativa).

Por se tratar de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), a CIFRÃO está isenta de recolher Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, de acordo com a Lei nº 11.053, de 29/12/2004, e com a Instrução Normativa SRF nº 588, de 21/12/2005, alteradas pelas Instruções Normativas SRF nº 667 e nº 1.315, de 27/06/2006 e 03/01/2013, respectivamente.

10. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as contribuições para custeio dos planos de benefícios por ela administrados. (Nota 5.2)

11. Situação Econômico-Financeira dos Planos de Benefícios

11.1 Plano de Benefício Definido CIFRÃO (PBDC)

Como o PBDC contabiliza títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados como mantidos até o vencimento, foi apurado pela Fundação o ajuste de precificação dos referidos títulos públicos, em 31/12/2022, no valor positivo de R\$ 2.628.

O ajuste de precificação dos títulos públicos classificados na categoria “mantidos a vencimento”, é calculado com base no valor presente desses títulos públicos, aplicando-se como taxa de desconto a mesma utilizada na avaliação atuarial.

Plano PBDC								
2022	2022							
	Papéis na Curva	até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
	quantidade	3.741	5.210	2.192	4.916	16.059	16.059	n/a
	Valor	15.039	21.511	9.470	21.983	68.003	70.631	2.628
2021	2021							
	Papéis na Curva	até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
	quantidade	3.807	7.521	3.622	5.916	20.866	20.866	n/a
	Valor	14.655	28.728	14.809	25.107	83.298	86.874	3.576
Valor Contábil		Valor Ajustado		Ajuste				
68.003		70.631		2.628				

Considerando que o Plano PBDC apresentou resultado superavitário em 31/12/2022 em R\$ 35.124.166,58, e sendo o valor do ajuste de precificação positivo em R\$ 2.628, o referido montante não será aplicado em eventual destinação de reserva especial.

11.2 Plano de Benefício MoedaPrev

Considerando o valor do ajuste de precificação dos títulos federais para 31/12/2021, no valor de R\$1.292 (conforme resumo demonstrado no Relatório Venturo da PREVIC), o Equilíbrio Técnico Ajustado, para fins de equacionamento do Plano, foi avaliado em R\$7.977.

Em observância ao Artigo 29 da Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, deve-se apurar o Equilíbrio Técnico Ajustado, mediante acréscimo ou decréscimo, no valor do Déficit Técnico Acumulado, do ajuste de precificação dos títulos públicos classificados na categoria mantidos até o vencimento.

O ajuste de precificação dos títulos públicos classificados na categoria “mantidos à vencimento”, é calculado com base no valor presente desses títulos públicos, aplicando-se como taxa de desconto a mesma utilizada na avaliação atuarial.

Plano MOEDAPREV							
2022	2022						
	Papéis na Curva	até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10	Valor Contábil	Valor Ajustado
	quantidade	3.186	3.220	0	6.300	12.706	12.706
	Valor	12.811	13.129	0	8.448	34.388	35.680
2021	2021						
	Papéis na Curva	até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10	Valor Contábil	Valor Ajustado
	quantidade	3.243	6.406	0	1.890	11.539	11.539
	Valor	12.484	24.472	0	7.997	44.952	46.684
Valor Contábil		Valor Ajustado		Ajuste			
34.388		35.680		1.292			

Como o valor do Equilíbrio Técnico Ajustado em 31/12/2022 foi avaliado negativamente em R\$7.977, sendo ele superior ao limite apurado conforme formulação descrita no Artigo 29 da Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, apurado no valor negativo de R\$ 3.961, faz-se necessário elaborar e aprovar plano de equacionamento do déficit técnico do Plano no ano de 2023.

12. Ativos Contingentes

A CIFRÃO possui em seu relatório jurídico posicionado em 31/12/2022 os seguintes processos judiciais em que figura como parte autora:

Processo nº	Status	Valor em risco	Objeto da ação
0002276-31.2008.8.19.0030	Em execução	87.557,59	Trata-se de ação de cobrança referente as diferenças do plano de saúde, a demanda teve sentença de procedência, determinando que o réu pague a Cifrão quantia de R\$ 87.577,59, transitado em julgado em 27/08/2012, Aguarda penhora no rosto dos autos n. 019066-90.1991.5.01.0017.
0003401-12.2008.8.19.0005	Em execução	106.078,46	Trata-se de ação de cobrança referente as diferenças do plano de saúde, a demanda teve sentença de procedência, determinando que o réu pague a Cifrão quantia de R\$ 106.078,46, transitado em julgado em 02/10/2013, Aguarda penhora e avaliação de veículo em nome da executada.
0014520-71.2008.8.19.0036	Em execução	87.557,59	Trata-se de ação de cobrança referente as diferenças do plano de saúde, a demanda teve sentença de procedência, determinando que o réu pague a Cifrão aos valores pagos ao plano de saúde em decorrência da concessão de tutela antecipada, transitado em julgado em 19/07/2016, acolhida a arguição de ilegitimidade passiva da curadora do executado, opostos embargos de declaração.
0022448-42.2008.8.19.0208	Trânsito em Julgado	81.217,96	Trata-se de ação de cobrança em fase de execução, cuja tentativa de localização de bens penhoráveis restou infrutífera. Face ao requerimento de expedição de certidão de crédito, manifesta é a perda de interesse superveniente no prosseguimento desta ação. Isto posto, JULGO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, na forma do artigo 485, VI do Novo Código de Processo Civil e condeno a parte ré ao pagamento de custas, face ao disposto no artigo 82, §2 do Novo Código de Processo Civil. transitado em julgado em 25/04/2019
0025786-18.2008.8.19.0210	Em execução	39.889,75	Trata-se de ação de cobrança referente as diferenças do plano de saúde, a demanda teve sentença de procedência, determinando que o réu pague a Cifrão quantia de R\$ 39.889,35, transitado em julgado em 02/05/2011. Postulada penhora sisbajud
0016110-43.2008.8.19.0211	Trânsito em Julgado	130.510,32	Trata-se de ação de cobrança referente as diferenças do plano de saúde, a demanda teve sentença de procedência, determinando que o réu pague a Cifrão quantia de R\$ 130.510,32, transitado em julgado em 06/06/2013. Postulada penhora Sisbajud.
0036783-75.2008.8.19.0205	Trânsito em Julgado	111.838,32	Trata-se de ação de cobrança referente as diferenças do plano de saúde, a demanda teve sentença de procedência, determinando que o réu pague a Cifrão quantia de R\$ 111.838,32, transitado em julgado em 13/04/2012
0047086-52.2006.8.19.0001	Em execução	8.668.138,19	Trata-se de ação de prestação de contas ajuizada em decorrência de diversos atos irregulares praticados pelo Réu, como seu procurador, não tendo este comparecido à referida assembleia, apesar de convocado. Afirma que, em consequência desses fatos, em 30/05/2005, foi revogada a procuração outorgada ao Réu, assumindo seus diretores a gestão do condomínio. sentença de procedência determinando que o réu preste as contas nos autos, o réu deixou de prestar as contas e foi determinada a realização de perícia no feito, fixado valor devido de R\$3.344.373,11, penhora bem imóvel, processo suspenso aguardando julgamento do AI, sobre valor de avaliação do imóvel.
0238625-53.2019.8.19.0001	Conhecimento	42.826,25	Trata-se de embargos a execução fiscal de nº172853-46.2019.8.19.0001, alegado excesso de execução em decorrência do pagamento, aguarda sentença.

Tomando como base o Pronunciamento Contábil CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e enquanto não houver manifestação da Justiça Federal com relação aos valores devidos, a forma de pagamento pela União Federal, relativa à referida ação judicial e sua classificação como “provável” a entidade optou por somente registrar nas notas explicativas, como evento futuro. Em face dessa decisão, não estão refletidos os valores nas Demonstrações Contábeis da Fundação.

JOÃO CARLOS PEREZ DE ALMEIDA

Diretor Superintendente

CPF 076.128.047-27

WAGNER BARRETO DOS SANTOS

Diretor de Seguridade

CPF 080.578.957-05

HAROLDO AZEVEDO DE MAGALHAES CASTRO

CRC-RJ-028328/O

CPF 011.834.887-69

MARCOS AURELIO LITZ

Diretor Financeiro

CPF 686.416.729-15

Demonstrações contábeis e Notas Explicativas 2022.pdf

Documento número #ca154776-b79a-4de0-96d9-9e87ba57959d

Hash do documento original (SHA256): 9b9b7238ec486b6e50397c32583d8cb4a4e85ebecb7f6a5cacda8d4b3bec8a2d

Assinaturas

- ✓ **Wagner Barreto dos Santos**
CPF: 080.578.957-05
Assinou em 17 mar 2023 às 18:31:35
- ✓ **João Carlos Perez de Almeida**
CPF: 076.128.047-27
Assinou em 17 mar 2023 às 20:29:22
- ✓ **Marcos Aurelio Litz**
CPF: 686.416.729-15
Assinou em 17 mar 2023 às 18:33:49
- ✓ **Haroldo Azevedo de Magalhães Castro**
CPF: 011.834.887-69
Assinou em 17 mar 2023 às 19:26:18

Log

- 17 mar 2023, 18:23:54 Operador com email leonardo.lobes@cifrao.com.br na Conta 62c4bb4d-d942-44da-9c9c-8e88e36d497b criou este documento número ca154776-b79a-4de0-96d9-9e87ba57959d. Data limite para assinatura do documento: 16 de abril de 2023 (18:22). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 17 mar 2023, 18:24:21 Operador com email leonardo.lobes@cifrao.com.br na Conta 62c4bb4d-d942-44da-9c9c-8e88e36d497b adicionou à Lista de Assinatura: wagner.barreto@cifrao.com.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Wagner Barreto dos Santos e CPF 080.578.957-05.
- 17 mar 2023, 18:24:21 Operador com email leonardo.lobes@cifrao.com.br na Conta 62c4bb4d-d942-44da-9c9c-8e88e36d497b adicionou à Lista de Assinatura: joao.carlos@cifrao.com.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo João Carlos Perez de Almeida e CPF 076.128.047-27.

17 mar 2023, 18:24:21	Operador com email leonardo.lopes@cifrao.com.br na Conta 62c4bb4d-d942-44da-9c9c-8e88e36d497b adicionou à Lista de Assinatura: haroldo.castro@cifrao.com.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Haroldo Azevedo de Magalhães Castro e CPF 011.834.887-69.
17 mar 2023, 18:24:21	Operador com email leonardo.lopes@cifrao.com.br na Conta 62c4bb4d-d942-44da-9c9c-8e88e36d497b adicionou à Lista de Assinatura: marcos.litz@cifrao.com.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Marcos Aurelio Litz e CPF 686.416.729-15.
17 mar 2023, 18:31:35	Wagner Barreto dos Santos assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail wagner.barreto@cifrao.com.br. CPF informado: 080.578.957-05. IP: 201.79.197.90. Componente de assinatura versão 1.467.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
17 mar 2023, 18:33:49	Marcos Aurelio Litz assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail marcos.litz@cifrao.com.br. CPF informado: 686.416.729-15. IP: 189.73.21.71. Componente de assinatura versão 1.467.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
17 mar 2023, 18:58:49	Operador com email leonardo.lopes@cifrao.com.br na Conta 62c4bb4d-d942-44da-9c9c-8e88e36d497b adicionou à Lista de Assinatura: hdo_castro@yahoo.com.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Haroldo Azevedo de Magalhães Castro e CPF 011.834.887-69.
17 mar 2023, 19:26:19	Haroldo Azevedo de Magalhães Castro assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail hdo_castro@yahoo.com.br. CPF informado: 011.834.887-69. IP: 170.80.70.110. Componente de assinatura versão 1.467.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
17 mar 2023, 19:30:40	Operador com email leonardo.lopes@cifrao.com.br na Conta 62c4bb4d-d942-44da-9c9c-8e88e36d497b removeu da Lista de Assinatura: haroldo.castro@cifrao.com.br para assinar.
17 mar 2023, 20:29:22	João Carlos Perez de Almeida assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail joao.carlos@cifrao.com.br. CPF informado: 076.128.047-27. IP: 168.194.165.64. Componente de assinatura versão 1.467.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
17 mar 2023, 20:29:22	Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número ca154776-b79a-4de0-96d9-9e87ba57959d.

**Documento assinado com validade jurídica.**

Para conferir a validade, acesse <https://validador.clicksign.com> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº ca154776-b79a-4de0-96d9-9e87ba57959d, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Participantes, Conselheiros e Diretores da
Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil
Rio de Janeiro – RJ

1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis de Previdência da Casa da Moeda do Brasil - CIFRÃO, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, as demonstrações individuais por plano de benefícios, quais sejam: do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, das provisões técnicas e do plano de gestão administrativa, do exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil - CIFRÃO e individual por planos de benefícios em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado e por Planos de Benefícios de suas operações do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e fiscalizada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 5 adiante. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

3. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o Relatório dos Auditores

A Administração da Fundação é responsável por outras informações que constam do Relatório Anual de Informações, por plano de benefícios, ainda não concluído até a data de emissão deste nosso relatório e, portanto, não expressamos qualquer forma de opinião ou conclusão de auditoria sobre o mesmo.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o referido relatório, e considerar se o conteúdo está consistente com as informações apresentadas nas demonstrações contábeis. Não temos nada a relatar sobre o mesmo dado à sua inexistência nesta data.

4. Responsabilidade da Administração e da Governança

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da perenidade dos planos de benefícios e de gestão administrativa, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a solvência e liquidez desses planos, pela avaliação da capacidade da Fundação de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados à perenidade dos planos e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração e a Governança desejem liquidar os planos, ou não tenham alternativas realistas para evitar a extinção dos mesmos.

Os responsáveis pela Governança são aqueles com responsabilidades pela elaboração, supervisão e aprovação das demonstrações contábeis, bem como pela perenidade dos planos de benefícios assegurando sua liquidez e solvência.

5. Responsabilidade dos Auditores

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- a. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- b. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não

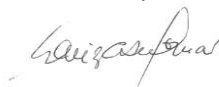
com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação;

- c. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- d. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de perenidade dos planos de benefícios e de gestão administrativa e de continuidade operacional da Fundação e, mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a perenidade dos Planos e capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a liquidação dos planos e de não manter a continuidade da Fundação;
- e. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 17 de março de 2023.

FERNANDO MOTTA AUDITORES
CRCMG-12.557 | CVM-12.815



Luiz Alberto Rodrigues Mourão
Contador CRCMGRJ – 46.114

	PARECER DO CONSELHO FISCAL Demonstrações Contábeis do Exercício de 2022	Parecer CONFIS nº 001/2023
		29/03/2023

INTRODUÇÃO

Em atendimento ao previsto o item II do art. 36 do Estatuto da Cifraão, este Conselho Fiscal analisou a documentação a seguir disponibilizada pela Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil – CIFRÃO, relativa às Demonstrações Contábeis bem como sobre os demais aspectos econômico-financeiros dos atos da Diretoria Executiva, do exercício de 2022:

1. Nota Técnica DIRFIN 05/2023 apresentando as demonstrações contábeis e nota explicativa 2022;
2. Nota Técnica DIRFIN 06/2023 apresentando o Relatório de Acompanhamento Orçamentário 2022;
3. Nota Técnica DIRSEG 02/2023 apresentando os Pareceres Atuariais PBDC e MoedaPrev 2022 incluindo Errata DIRSEG 01/23;
4. Atas DIREX 07 e 08/2022 aprovando as demonstrações e notas explicativas 2022, o Relatório de Acompanhamento Orçamentário Anual de 2022 e os Pareceres Atuariais PBDC e MoedaPrev 2022;
5. Demonstrações contábeis e notas explicativas da CIFRÃO – exercício 2022;
6. Relatório de Acompanhamento Orçamentário Anual de 2022;
7. Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis 2022; e
8. Pareceres atuariais 2022 dos planos PBDC e MOEDAPREV.

I – OBJETIVO

Emissão de parecer sobre o balanço anual, bem como sobre as contas e demais aspectos econômico-financeiros dos atos da Diretoria Executiva, conforme prevê o item II do art. 36 do Estatuto da Cifraão.

II – ANÁLISE

O Conselho Fiscal, com base nas diversas informações recebidas pela Diretoria Executiva da CIFRÃO, inclusive a contida no Parecer da Auditoria Independente, nas Demonstrações Contábeis, bem como nas avaliações feitas pelos próprios Conselheiros, apresenta a seguir o que de importante sustenta a conclusão expressa, neste parecer, referente ao exercício de 2022.

De acordo com os documentos recebidos, constatou-se que o Balanço Patrimonial Consolidado apresenta um saldo de R\$ 415.492 mil na conta “Patrimônio de Cobertura”, valor esse que não é suficiente para cobrir as Provisões Matemáticas, que possuem um montante de R\$ 421.635 mil, mantendo-se

desequilibrado, ou seja, apresenta em 31 de dezembro de 2022, déficit técnico acumulado de R\$ 6.143 mil, sendo R\$3.125 mil de superavit técnico no PBDC e R\$(9.268) mil de déficit técnico no MoedaPrev.

A seguir passamos a tratar dos aspectos de nossa avaliação:

1. Riscos de Liquidez – O CONFIS levantou o assunto no Parecer 03/22 relativo ao fechamento de 2021, no qual incluiu:

“**Manifestação CONFIS 2022/21:** Diante do explicado entendemos que a entidade está ciente das necessidades e este CONFIS recomenda:

- a) Devem ser tomados os cuidados relacionados ao valor representativo de investimentos, segundo informado nas Notas Explicativas, vencendo em 2022, para reaplicação de forma adequada e com estudos prévios competentes, visando não impactar no resultado do exercício que se espera reverta o déficit anterior;
- b) Precisa ser estudado, havendo neste caso maior tempo, o período futuro em que há risco de liquidez, decidindo-se de forma compatível o que será feito para solucionar.”

Ocorre que ao avaliarmos as Demonstrações de 2022, bem como o parecer Atuarial base 31/12/2022 da empresa Rodarte em seu item 5.2 PBDC (sobre os Títulos Públicos marcados a vencimento concentrados em dois períodos, o primeiro entre o ano de 2022 e 2024, e o segundo entre os anos de 2050 e 2055), este mesmo aspecto causou preocupação. Assim fizemos pedido de esclarecimento a DIREX por e-mail:

Pergunta CONFIS - “Pontos observados por mim nas Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas de 2022:

2- No mesmo item (5.4.1 Fundos de Investimentos) - Qual a razão do crescimento de Papéis na Curva de 2021 para 2022, de 25 a 30 anos e acima de 30 anos de R\$115 milhões para R\$183 milhões, quase 60%, mantendo-se zerados o período de 20 a 25 anos. Os estudos de ALM confirmaram esta necessidade?

Resposta DIRFIN - No período em referência foram adquiridos lotes de NTN-Bs de vencimentos de longo prazo (2050, 2055), como forma de se aproveitar os prêmios oferecidos naquele momento, acima da meta atuarial. No entanto, tais operações, acima do previsto nos estudos de ALM da época, geraram descasamento no fluxo de liquidez a partir de 2039. Neste sentido, identificado tal descasamento da liquidez, a DIRFIN solicitou em novembro/2022, estudos de ALM adicionais, de modo a se obter alternativas para melhorar a alocação nos ativos, ao longo do tempo. Tais estudos foram refletidos nas discussões da revisão das Políticas de Investimentos para 2023, junto ao CONDEL e COMINV. Importante destacar também, que a Consultoria Rodarte, quando da realização dos estudos de liquidez (dezembro/2022) ratificou o descasamento, assim como as alternativas apresentadas pela DIRFIN, na ocasião. A DIRFIN vem trabalho na implementação de diversas ações a este respeito, ratificadas pelo COMINV e CONDEL na reunião do mês de março/2023, inclusive com o alongamento das posições com vencimentos mais curtos (2023 e 2024), adquirindo posições com vencimentos em 2025, 2026, 2028, 2030, 2040, em tranches, e prêmios acima

da Meta Atuarial. Em relação as posições de vencimentos mais longos 2050 e 2055, a DIRFIN prevê a solicitação de autorização da PREVIC, para realizar o encurtamento de parte da posição (alocando em outros vencimentos) uma vez que a legislação em vigor não prevê tal medida.”

Manifestação CONFIS 2023/22 – O CONFIS entende que providências estão sendo adotadas pela DIREX, e que deve ser buscado estudar com perseverança e cuidado este tema visando alongar o estoque de títulos públicos de curto prazo e reequilibrar os que estão acima de 25 anos obtendo conforme foi citado as aprovações da PREVIC, buscando este objetivo ser realizado com esmero evitando perdas incompatíveis com a TMA.

2. Descompasso entre os indicadores de correção anuais dos Benefícios BD (INPC) e o VBC – Valor Básico CIFRÃO (IGP-DI) - O CONFIS levantou o assunto no Parecer 03/22 relativo ao fechamento de 2021, no qual incluiu:

“Manifestação CONFIS 2022/21: Diante das respostas recebidas e ajustes feitos, verifica-se que os benefícios anuais BD são corrigidos pelo INPC (em 2021 foi 10,16%), índice do IBGE relacionado a preços ao Consumidor normalmente utilizado para reajustes de salários enquanto o valor VBC (cuja variação extrema de 36,55% em um ano por sua vez causou impacto nas reservas matemáticas) ajusta-se pelo IGP DI, índice da FGV relacionado a preços por atacado e construção usado normalmente para aluguéis, energia elétrica. Parece haver uma clara desarmonia aí e desta forma o CONFIS sugere, visando evitar descompassos maiores no futuro, que se estude a possibilidade do VBC passar a variar também de acordo com o INPC, a partir da nova revisão atuarial a ser feita este ano.”

Assim fizemos pedido de esclarecimento sobre a evolução do assunto a DIREX por e-mail:

Pergunta CONFIS: Referimo-nos a recomendação feita no Parecer CONFIS 03/22.

Solicitamos informar o tratamento dado ao assunto.

Resposta DIRSEG: O assunto em tela é objeto de discussão no processo de alteração dos regulamentos dos Planos PBDC e MoedaPrev que estão em curso, que dependerá dos resultados dos estudos a serem elaborados pela Rodarte Nogueira.

Manifestação CONFIS 2023/22 – O CONFIS aguarda o resultado dos estudos da Rodarte Nogueira, visando a possibilidade do VBC (Valor Básico CIFRÃO) passar a variar também de acordo com o INPC, e na sequência, os ajustes compatíveis nos Regulamentos dos Planos.

3. Fato relevante citado no item 6.2.6 do Parecer Atuarial PBDC de 2022 - da empresa contratada Rodarte Nogueira, aqui repetido:

“Nessa avaliação atuarial não foram previstos quaisquer reflexos decorrentes das determinações do Ofício no 957/SPC/DEFIS/CGFD, de 27/05/2004, em especial ao que determinava o item 2: realizar os cálculos devidos

bem como tomar as providências cabíveis com vistas a equacionar o déficit existente antes da alteração do Regulamento em 1999, observando-se a proporcionalidade contributiva à época.”

4. O CONFIS na leitura dos vários documentos elencados encontrou em alguns, divergências que relatadas por e-mail a DIREX, foram prontamente ajustadas pela Administração da CIFRÃO.
5. Relatório de Acompanhamento Orçamentário Anual de 2022 - Esse COFINS reconhece os méritos da DIREX por ter encerrado o exercício com o total das despesas 10% abaixo da previsão orçamentária, atenuadas pelas rubricas “viagens e estadias”, que não foi realizada; “Despesas Gerais”, que não utilizou os recursos destinados a Seguro CYBER, previstos em R\$ 60.000,00, além de ter um reajuste menor que o esperado, junto à Patrocinadora, pelo uso do imóvel por parte da CIFRÃO.

Observação COFINS: Cumpre-nos prevenir sobre a necessidade de um olhar mais conservador quanto aos reajustes inerentes a determinadas rubricas quando da elaboração orçamentária, a citar como exemplo as de “Assistência Médica Pessoal Próprio”, “Consultoria Jurídica” e “Auditoria Contábil”, que registraram ao final do exercício os percentuais de 18%, 15% e 12% acima de suas respectivas previsões.

6. Parecer de Auditoria Independente da empresa Fernando Motta Auditores sobre as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas de 2022 – o referido parecer opina que as mesmas representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira consolidada da Fundação CIFRÃO e individual por Planos de Benefícios em 31 de dezembro de 2022.
7. Resultados dos Investimentos - Ocorreram abaixo da TMA (10,77%) nos Planos PBDC (5,70%) e MoedaPrev(7,75%), sendo que no PBDC acabou dando Superavit (13,27%) pela entrada da sua parte do Precatório das OFNDs. O PGA, teve bom desempenho e no ano, o plano acumulou 12,08% contra o CDI de 12,37%.

Preocupado com esta situação dos 2 Planos principais o CONFIS fez algumas solicitações a DIREX:

Pergunta CONFIS: Outra preocupação é que não entendemos, diante da resposta do DIRSEG (“...Em linhas gerais e devido as incertezas do cenário econômico que afeta diretamente o desempenho da carteira de investimentos dos planos de benefícios, e principalmente por se tratar de um plano BD, a partir de 2024 o plano poderá não continuar superavitário.) e do resultado de 2022 na parte de investimentos no PBDC e MoedaPrev, por que o riscos alto de termos déficit nos 2 planos não atingindo a TMA a partir de 2023, considerando algumas mudanças feitas nos investimentos em 2021 e 2022 e as que estão em andamento.

Verificamos que existem uma boa quantidade de entidades que não tiveram déficit nos Planos de Contribuição definida e a maioria das entidades nos planos de renda variável, conforme os relatórios apresentados. Não podemos aceitar que se trata de rotina de mercado, que são fatos

e contra fatos não há nada que se fazer. Os gestores da entidade precisam dar solução a curto e a médio prazo para os patrocinadores e participantes.

Resposta DIRFIN: Diante das questões apresentadas, importante esclarecer que a DIRFIN vem dispendendo, desde outubro/2022, todos os esforços para implementação de inúmeras ações nas carteiras de investimentos dos dois planos, justamente com o objetivo de melhorar a aderência dos retornos às necessidades dos passivos atuariais, à legislação em vigor, a redução de custos, e a melhoria de controles e de governança dos investimentos.

Neste sentido, a DIRFIN providenciou diversas análises neste período, formalizadas em Notas Técnicas específicas, as quais sugeriram mudanças importantes, e que foram analisadas e aprovadas pela DIREX, COMINV e CONDEL, e estão sendo executadas.

Importante destacar também, que as movimentações propostas nas carteiras devem ser realizadas com a segurança e análise adequada, diante do cenário macroeconômico incerto e volátil, em função dos reflexos que a pandemia ainda produz, dos conflitos globais, possibilidade de recessão, e das incertezas econômicas locais. As ações devem considerar movimentos precisos, para não agravar a situação financeira dos planos, os quais apresentam déficits expressivos, demandando estudos adicionais e tempo para execução. Não se pode desconsiderar também, problemas estruturais de planos, como é o caso do Plano PBDC, que podem provocar aumento dos passivos, ao longo do tempo.

Diante do exposto, tomamos a liberdade de listar abaixo, algumas das ações as quais estão sendo executadas pela DIRFIN/CIFRÃO, em linha com as preocupações desse colegiado:

- Realização de amplo diagnóstico de carteiras e do modelo de operação da CIFRÃO - Finalizado;
- Realização de Estudos de ALM e Fronteira Eficiente, contendo simulações adicionais aos tradicionalmente utilizados anualmente - Implementados;
- Ampla reforma das Políticas de Investimentos da entidade, aprovadas em dezembro/2022 pelo CONDEL – Implementada;
- Completa reestruturação do modelo de operação da fundação, com a criação de Carteiras Administradas, por planos – Aprovada e em implementação;
- Nova estrutura operacional, aderente à legislação que trata da segregação real de investimentos – CNPJ por plano – Aprovada e em implementação;
- Revisão dos mandatos dos Fundos Exclusivos, considerando mandato de riscos, e possibilitando investimentos em novas classes de ativos e estabelecimento de SLA com gestores – Aprovada e em andamento;
- Revisão das alocações em Títulos Públicos Federais, as quais denotam concentração nos vértices curtos e longos, e descasamento de liquidez no Plano PBDC; estão sendo providenciadas inúmeras vendas e compras de títulos públicos federais; Ação aprovada e em execução;

- Contratação da 4UM Investimentos e Bradesco Custódia, para implementação de novos controles dos investimentos, Controladoria para todas as Carteiras de Investimentos, aderência a legislação, e a correta contabilização dos ativos; servindo como suporte a fundação, uma vez que não temos área de investimentos com expertise para controles - Aprovada e finalizada;
- Transferência do Custodiante Santander para Bradesco, gerando economicidade e, consequente redução de custos para os planos da ordem de R\$ 244 mil, ano; - Aprovada e em finalizada;
- Resgate Total dos Fundos de Renda Variável (Sulamérica e PERFIN), os quais não entregaram resultados nos períodos de 12, 24, 36 e 48 meses, com realocação dos recursos em Fundo Referenciado – BOVA 11; - Aprovada e em execução;
- Criação de um novo fundo de fundos de Renda Variável, com gestor de comprovada expertise, com objetivo de ampliar a diversificação e aumentar retorno desta classe de ativos; - Aprovado e em execução;
- Transferência dos Títulos Públicos Federais marcados a vencimento, para as carteiras administradas de cada plano e, consequente, encerramento do Fundo Bradesco ALM FIRF, o qual produz transferência de riqueza entre os planos (**o que não é permitido pela legislação**). Esta ação reduzirá custos para os planos e aderência a legislação;
- Transferência dos Títulos Públicos Federais mantidos para negociação, da carteira própria para Fundo Exclusivo de Renda Fixa Ativo do Itaú, como forma de garantir a expertise necessária para operação de títulos mantidos a vencimento – Aprovado e em execução;
- Revisão das garantias apresentadas na Carteira de Empréstimos a Participantes, diante do risco apresentado e inexistência de saldo suficiente no fundo para óbitos, (provocados pelos óbitos no período agudo da pandemia do COVID), e que podem ser sérios detratores de resultados para esta carteira. Em cotação junto ao mercado para contratação de seguro prestamista;

Listadas algumas das principais ações as quais estão sendo realizadas, e que demandam inúmeras atividades, reforçamos que nossos objetivos visam reduzir riscos apresentados, aumentar os retornos das carteiras, produzir economicidade, e reduzir os déficits.

Manifestação CONFIS: O CONFIS entende que a situação é preocupante e não é possível ficar se repassando para os beneficiários e patrocinadora os ônus de repor as perdas ocorridas, e espera que as medidas adotadas pela DIREX consigam reverter em definitivo esta perspectiva, considerando-se ainda que uma boa parte dos planos de outras Entidades consegue ter resultados nos seus investimentos acima da TMA ou melhores que os obtidos em 2022, talvez devendo se estudar também os casos de sucesso neste universo.

Recomendação CONFIS: O CONFIS recomenda cuidados especiais necessários em 2023 tanto na parte atuarial quanto na gestão dos investimentos visando que se atinja a Meta de Taxa de Juros de forma estruturada e contínua e se possível se recupere uma parte ou a totalidade das perdas acumuladas.

III- CONCLUSÃO

O Conselho Fiscal no uso de atribuições que lhe confere o art. 36, II, do Estatuto da CIFRÃO, examinou as Demonstrações Contábeis da CIFRÃO e Notas Explicativas, Nota Técnica DIRFIN 05/2023, Ata 07 e 08/2022 DIREX, Parecer dos Auditores Externos, Relatórios de Atuário Externo apresentados pela Diretoria Executiva e outros documentos elencados na Introdução deste Parecer, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Com base nos exames, complementados por informações e esclarecimentos prestados pelos membros da Diretoria Executiva da Entidade, o CONSELHO FISCAL, reforça que sejam atendidas as observações, manifestações e recomendações elencadas no item anterior e sugere a aprovação das Demonstrações Contábeis da CIFRÃO referente ao exercício de 2022.

Sergio dos Santos Machado
Conselheiro Presidente

Jorge Eduardo Vieira Costa
Conselheiro

Francisco José Haddad de Almeida
Conselheiro

Everson Alves Santos
Conselheiro

PARECER DO CONFIS 01.22 2023-2022_(v.final).docx

Documento número #bb4a8f1c-186a-44de-8ae0-ced8f5a8f579

Hash do documento original (SHA256): 10fa2008cff867fed78f3c9a6e999d28d3a83a232e23477c71e79b4ba4ee51de

Assinaturas

✓ **Francisco José Haddad de Almeida**

CPF: 671.590.877-04

Assinou em 30 mar 2023 às 06:06:00

✓ **Sérgio dos Santos Machado**

CPF: 373.074.447-04

Assinou em 29 mar 2023 às 20:41:07

✓ **Jorge Eduardo Vieira Costa**

CPF: 093.328.137-44

Assinou em 30 mar 2023 às 08:14:37

✓ **Everson Alves Santos**

CPF: 111.417.077-13

Assinou em 29 mar 2023 às 19:52:03

Log

- | | |
|-----------------------|--|
| 29 mar 2023, 19:29:36 | Operador com email cifrao@cifrao.com.br na Conta 62c4bb4d-d942-44da-9c9c-8e88e36d497b criou este documento número bb4a8f1c-186a-44de-8ae0-ced8f5a8f579. Data limite para assinatura do documento: 28 de abril de 2023 (19:13). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro. |
| 29 mar 2023, 19:29:42 | Operador com email cifrao@cifrao.com.br na Conta 62c4bb4d-d942-44da-9c9c-8e88e36d497b adicionou à Lista de Assinatura: francisco.almeida@casadamoeda.gov.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Francisco José Haddad de Almeida e CPF 671.590.877-04. |
| 29 mar 2023, 19:29:42 | Operador com email cifrao@cifrao.com.br na Conta 62c4bb4d-d942-44da-9c9c-8e88e36d497b adicionou à Lista de Assinatura: sergiosmachado@uol.com.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Sérgio dos Santos Machado e CPF 373.074.447-04. |

29 mar 2023, 19:29:42 Operador com email cifrao@cifrao.com.br na Conta 62c4bb4d-d942-44da-9c9c-8e88e36d497b adicionou à Lista de Assinatura:
jorge.vieira@casadamoeda.gov.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Jorge Eduardo Vieira Costa e CPF 093.328.137-44.

29 mar 2023, 19:29:42 Operador com email cifrao@cifrao.com.br na Conta 62c4bb4d-d942-44da-9c9c-8e88e36d497b adicionou à Lista de Assinatura:
everson.santos@casadamoeda.gov.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Everson Alves Santos e CPF 111.417.077-13.

29 mar 2023, 19:52:03 Everson Alves Santos assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail
everson.santos@casadamoeda.gov.br. CPF informado: 111.417.077-13. IP: 186.205.17.104.
Componente de assinatura versão 1.474.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

29 mar 2023, 20:41:07 Sérgio dos Santos Machado assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail
sergiosmachado@uol.com.br. CPF informado: 373.074.447-04. IP: 189.60.82.245. Componente de assinatura versão 1.474.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

30 mar 2023, 06:06:00 Francisco José Haddad de Almeida assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail
francisco.almeida@casadamoeda.gov.br. CPF informado: 671.590.877-04. IP: 201.17.72.129.
Componente de assinatura versão 1.474.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

30 mar 2023, 08:14:37 Jorge Eduardo Vieira Costa assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail
jorge.vieira@casadamoeda.gov.br. CPF informado: 093.328.137-44. IP: 179.218.29.75.
Componente de assinatura versão 1.474.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

30 mar 2023, 08:14:37 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número bb4a8f1c-186a-44de-8ae0-ced8f5a8f579.

**Documento assinado com validade jurídica.**

Para conferir a validade, acesse <https://validador.clicksign.com> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº bb4a8f1c-186a-44de-8ae0-ced8f5a8f579, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.

	RESOLUÇÃO CONSELHO DELIBERATIVO	Nº 001/2023
		Data: 30/03/2023

O Conselho Deliberativo da CIFRÃO – Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil, em sua Terceira Reunião Ordinária, realizada no dia 30 de março de 2023 decidiu aprovar, por unanimidade, as Demonstrações Contábeis finalizadas em 31 de dezembro de 2022, emitindo a seguinte manifestação:

“O Conselho Deliberativo da CIFRÃO – Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil, em sua 3ª Reunião Ordinária, realizada no dia 30 de março de 2023, considerando o exame realizado nas Demonstrações Contábeis de 2022 apresentados pela Diretoria Executiva através da Ata de Reunião da Diretoria Executiva nº 07/2023, de 17 de março de 2023, suportada pela Nota Técnica DIRFIN nº 05/2023, de 17 de março de 2023; no Relatório dos Auditores Independentes PAR-003/23 sobre as Demonstrações Contábeis, emitido em 17 de março de 2023 pela Fernando Motta Auditores; pelos Pareceres Atuariais RN/CIFRÃO nº 001/2023 referente ao Plano PBDC e RN/CIFRÃO nº 002/2023 referente ao Plano MOEDAPREV, ambos elaborados e emitidos em 13 de março de 2023 pela Consultoria Rodarte Nogueira; pelo Parecer CONFIS nº 001/2023, emitido em 29 de março de 2023 pelo Conselho Fiscal da CIFRÃO, aprovou, por unanimidade, as Demonstrações Contábeis finalizadas em 31 de dezembro de 2022, compostas do Balanço Patrimonial Consolidado, da Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS), das Demonstra es da Muta o do Ativo Líquido (DMAL) dos Planos PBDC e MOEDAPREV, das Demonstra es do Ativo Líquido (DAL) dos Planos PBDC e MOEDAPREV, da Demonstr o do Plano de Gestão Administrativa (DPGA), das Demonstra es das Provisões Técnicas (DPT) dos Planos PBDC e MOEDAPREV e das Notas Explicativas  s Demonstra es Contábeis”.

E por mais nada haver a tratar, resolveu lavrar a presente Resolução.

José Luiz Gil Costa

Presidente

Marcos Leon Rozemblatt

Titular

Ricardo Roberto Padilha da Rocha

Titular

Célio Martins Chaves Júnior

Titular

Thiago Oliveira Veiga

Titular

Roberto Serdeira Dominguez

Titular

Resolução CONDEL 001.2023.docx

Documento número #e1b92236-c5fe-480e-b8c5-63d48b675957

Hash do documento original (SHA256): 7fe872412678f370ec3d3bd99380336d8e037ed971bbfca7eb13e6e9f34800ad

Assinaturas

- ✓ **José Luiz Gil Costa**
CPF: 688.569.037-68
Assinou em 31 mar 2023 às 12:28:46
- ✓ **Roberto Serdeira Dominguez**
CPF: 349.311.127-49
Assinou em 31 mar 2023 às 13:12:58
- ✓ **Thiago Oliveira Veiga**
CPF: 134.325.097-82
Assinou em 31 mar 2023 às 12:48:45
- ✓ **Célio Martins Chaves Júnior**
CPF: 725.503.333-49
Assinou em 31 mar 2023 às 14:00:22
- ✓ **Ricardo Roberto Padilha da Rocha**
CPF: 799.114.397-04
Assinou em 31 mar 2023 às 12:36:52
- ✓ **Marcos Leon Rozemblatt**
CPF: 610.896.567-34
Assinou em 31 mar 2023 às 12:31:57

Log

31 mar 2023, 12:28:12 Operador com email cifrao@cifrao.com.br na Conta 62c4bb4d-d942-44da-9c9c-8e88e36d497b criou este documento número e1b92236-c5fe-480e-b8c5-63d48b675957. Data limite para assinatura do documento: 30 de abril de 2023 (12:26). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.

31 mar 2023, 12:28:12 Operador com email cifrao@cifrao.com.br na Conta 62c4bb4d-d942-44da-9c9c-8e88e36d497b adicionou à Lista de Assinatura:
jose.gil@casadamoeda.gov.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo José Luiz Gil Costa e CPF 688.569.037-68.

31 mar 2023, 12:28:12 Operador com email cifrao@cifrao.com.br na Conta 62c4bb4d-d942-44da-9c9c-8e88e36d497b adicionou à Lista de Assinatura:
rserdeira@uol.com.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Roberto Serdeira Dominguez e CPF 349.311.127-49.

31 mar 2023, 12:28:12 Operador com email cifrao@cifrao.com.br na Conta 62c4bb4d-d942-44da-9c9c-8e88e36d497b adicionou à Lista de Assinatura:
thiago.veiga@casadamoeda.gov.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Thiago Oliveira Veiga e CPF 134.325.097-82.

31 mar 2023, 12:28:12 Operador com email cifrao@cifrao.com.br na Conta 62c4bb4d-d942-44da-9c9c-8e88e36d497b adicionou à Lista de Assinatura:
celio.junior@casadamoeda.gov.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Célio Martins Chaves Júnior e CPF 725.503.333-49.

31 mar 2023, 12:28:12 Operador com email cifrao@cifrao.com.br na Conta 62c4bb4d-d942-44da-9c9c-8e88e36d497b adicionou à Lista de Assinatura:
rpadiha@casadamoeda.gov.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Ricardo Roberto Padilha da Rocha e CPF 799.114.397-04.

31 mar 2023, 12:28:12 Operador com email cifrao@cifrao.com.br na Conta 62c4bb4d-d942-44da-9c9c-8e88e36d497b adicionou à Lista de Assinatura:
marcos.rozemblatt@casadamoeda.gov.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Marcos Leon Rozemblatt e CPF 610.896.567-34.

31 mar 2023, 12:28:46 José Luiz Gil Costa assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail
jose.gil@casadamoeda.gov.br. CPF informado: 688.569.037-68. IP: 187.113.184.234.
Componente de assinatura versão 1.475.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

31 mar 2023, 12:31:57 Marcos Leon Rozemblatt assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail
marcos.rozemblatt@casadamoeda.gov.br. CPF informado: 610.896.567-34. IP: 177.26.75.214.
Componente de assinatura versão 1.475.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

31 mar 2023, 12:36:52 Ricardo Roberto Padilha da Rocha assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail
rpadiha@casadamoeda.gov.br. CPF informado: 799.114.397-04. IP: 177.142.35.75. Componente de assinatura versão 1.475.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

31 mar 2023, 12:48:45 Thiago Oliveira Veiga assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail
thiago.veiga@casadamoeda.gov.br. CPF informado: 134.325.097-82. IP: 201.17.81.101.
Componente de assinatura versão 1.475.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

31 mar 2023, 13:12:58 Roberto Serdeira Dominguez assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail
rserdeira@uol.com.br. CPF informado: 349.311.127-49. IP: 191.251.154.26. Componente de assinatura versão 1.475.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

31 mar 2023, 14:00:22	Célio Martins Chaves Júnior assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail celio.junior@casadamoeda.gov.br. CPF informado: 725.503.333-49. IP: 186.221.189.194. Componente de assinatura versão 1.475.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
31 mar 2023, 14:00:23	Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número e1b92236-c5fe-480e-b8c5-63d48b675957.

**Documento assinado com validade jurídica.**

Para conferir a validade, acesse <https://validador.clicksign.com> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº e1b92236-c5fe-480e-b8c5-63d48b675957, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.